Órgão Central
do Partido Comunista
Português
Semanário
ISSN 0870-1865
Preço no continente:
€1,40 • (IVA incluído)
18 de Junho de 2025
N.º 2690
www.avante.pt
Director: **Manuel Rodrigues**

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Moção de rejeição
É discutida e votada hoje a moção de rejeição ao Programa do Governo apresentada pelo PCP



Marcha no dia 26 em Lisboa e no Porto

Somam-se razões para participar

Perante os projectos da direita, expressos desde logo no Programa do Governo, os tempos são de iniciativa e de combate. O PCP promove no próximo dia 26, em Lisboa e no Porto, a Marcha "Cumprir a Constituição. Aumentar salários e pensões. Para uma vida melhor". As razões para participar são tantas quantos os direitos que a Constituição consagra.

Págs. **10, 11 e 32**

Solidariedade com a Palestina, paz no Médio Oriente!

Israel atacou o Irão e continua a massacrar o povo palestiniano na Faixa de Gaza. A solidariedade e a exigência de paz sobem de tom: no dia 13 no Porto e ontem em Lisboa e Setúbal.

Págs. **15 e 25**

Viver melhor na nossa terra: CDU afirma propostas e candidatos

Págs. **4** a **9**

Moçambique conquistou a sua independência há 50 anos

Centrais

Milhares nas ruas pela igualdade, os direitos e em defesa dos valores de Abril

Pág. **18**

Protestos em várias cidades dos EUA contra deportações e autoritarismo

Pág. **24** e **28**

Avante!

RESUMO

11 Quarta-feira

PCP entrega na AR diplomas para fixar o preço do gás de botija nos 20 euros e reduzir para 6% o IVA da electricidade, gás natural e telecomunicações • Paulo Raimundo condena «de forma clara e inequívoca» a agressão ao actor Adérito Lopes, de A Barraca, considerando-o um ataque não só ao actor, mas também «à cultura, à liberdade, à democracia» • Trabalhadores da unidade de Pombal da Sumol+Compal iniciam nova greve por aumentos salariais • Delegações do PCP e PEV reúnem-se em Lisboa • Cerca de 500 dirigentes e delegados sindicais do STAL analisam actual situação social e política em plenário nacional.

12 Quinta-feira

Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa realizam plenário sobre o incumprimento do acordo de empresa, pelo aumento do subsídio de almoço e a redução do horário para as 35 horas semanais • PCP entrega na AR voto de condenação pela agressão fascista ao actor Adérito Lopes • Em cerimónia no Mosteiro dos Jerónimos evoca-se os 40 anos da assinatura do Tratado de Adesão à CEE • Avião despenha-se no aeroporto de Ahmedabad, no oeste da Índia.

13 Sexta-feira

PCP afirma que a venda do Novo Banco ao grupo francês BPCE é um assalto aos portugueses e anuncia iniciativa legislativa para recuperar o controlo público do banco • Israel inicia guerra ao bombardear instalações militares e nucleares iranianas; PCP condena «a agressão de Israel ao Irão» e insta o Governo a condenar e exigir o fim da «escalada de guerra» • CDU repudia agressão a voluntárias quando apoiavam sem-abrigo no Porto, classificando-a como «inadmissível acto de ódio» • Cimeira do Oceano termina em Nice, França.

14 Sábado

Avaliando o programa do Governo, Paulo Raimundo considera-o «um programa de propaganda, de negócio e das negociatas» • Fogo cruzado entre Irão e Israel agrava destruição de edifícios e infra-estruturas e faz aumentar número de feridos e mortos; ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano, Abbas Araqchi, afirma que o seu país está a exercer um «direito legítimo» de autodefesa • Melissa Hortman, antiga congressista, e o seu marido são assassinados a tiro no Minnesota, EUA.

15 Domingo

Programa do Governo «agrava a exploração» e «gera desigualdades», alerta a CGTP-IN • Junto ao Cinearte, centenas de pessoas solidarizam-se com o actor Adérito Lopes, agredido por neonazis; presente, Paulo Raimundo afirma que «não se trata de uma escaramuça, é um crime de ódio» • Ao terceiro dia da guerra iniciada por Israel, França, Alemanha e Reino Unido propõem o retomar das negociações nucleares com o Irão.

16 Segunda-feira

PEV considera que a Estratégia Nacional para o Ruído Ambiente 2025-2030 peca por tardia, além de ter incongruências e estar desactualizada • Fenprof defende revisão dos critérios dos classificadores das provas nacionais • Arábia Saudita executa jornalista que estava detido desde 2018 •Papa Leão XIV apela à paz no Médio Oriente, Ucrânia e noutros locais do mundo.

ACONTECEU



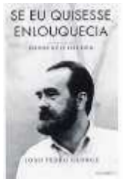
Faleceu Artur Ramon La Féria

Faleceu, no passado dia 6 de Junho, o camarada Artur Ramon de La Féria, médico cirurgião nascido em 1951 e organizado no Sector de Saúde da ORL. Artur Ramon La Féria teve um papel fundamental na fundação do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, tendo sido seu Vice-Presidente e participado activamente no sindicato durante décadas. Exerceu funções enquanto cirurgião geral no Hospital Distrital de Cascais e, mais tarde, no Hospital de Cascais Dr. José de Almeida. Foi presidente da Comissão de Ética para a Saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e autor do livro «Bioética – reflexões a propósito», assim como de várias publicações académicas.

Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, entre 1993 e 1996, e militante comunista, Ramon La Féria deu um destacado contributo para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores e do País, contributo este que encontrou também respaldo na sua actividade profissional e académica, sempre pautada pelos valores da solidariedade e humanidade.

No seu funeral, numa intervenção em nome do PCP, Ramon La Féria foi lembrado como um «homem coerente nos seus ideais comunistas ao longo da sua vida» e alguém que, enquanto médico, «soube exercer profissão com um sentido de ética de verdadeiro humanista.»

Editada biografia de Herberto Helder



Foi publicada a primeira biografia do poeta Herberto Helder, da autoria do sociólogo João Pedro George, responsável também por biografias de Fernando Pessoa e Luiz Pacheco. «Se eu quisesse, enlouquecia» - frase emprestada do texto «Estilo» -, é uma obra de quase 900 páginas onde se pode aprender mais pormenores sobre a vida deste homem com particular importância para a literatura lusa e, em particular, madeirense. O livro conta como o poeta pouco convencional que reflectiu sobre a «escrita» como algo que «nasce directamente do corpo, do seu movimento» foi perseguido e censurados pela PIDE durante o fascismo.»

Lusitano de Évora campeão

No passado sábado, o Lusitano de Évora sagrou-se vencedor da edição de 2024/25 do Campeonato de Portugal de futebol, ao vencer o Vitória Sport Clube B, no Jamor. Com o resultado empatado a uma bola após o prolongamento, os alentejanos superiorizaram-se aos vimaranenses nas grandes penalidades, convertendo três face à conversão única dos homens de Guimarães. O Alentejo volta a estar representado no terceiro principal escalão do futebol português. Juntam-se ao Lusitano e Vitória, o Amora e o Paredes que também carimbaram o acesso à Liga 3.



Comemorou-se o 10 de Junho

Decorreram com a participação do Presidente da República as anuais celebrações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, assinalado no dia da morte do poeta português.

As celebrações oficiais voltaram a decorrer em Lagos, 29 anos depois. Lídia Jorge, no seu discurso lembrou «a fidelidade que Camões manteve à Pátria, enquanto se encontrava em passagens remotas, alimenta simbologia que lhe é atribuída como exemplo da proximidade que os portugueses, que se encontram longe, mantém com a sua cultura de origem.»

Lídia Jorge reflectiu ainda em torno da profusão de valores xenófobos e fascizantes, apontando que «cada um de nós é uma soma. Tem sangue do nativo e do migrante; do europeu e do africano» e que «por aqui ninguém tem sangue puro».

Seixal World Music

Decorreu, entre os dias 13 e 15 de Junho, a mais recente edição do festival «Seixal World Music», no Parque Urbano José Afonso, em Miratejo. O evento organizado pela Camâra Municipal do Seixal contou com músicos oriundos de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Senegal, entre eles, Ana Lua Caiano, Anastácia Carvalho ou Princezito. Neste festival voltaram a afirmar-se os valores da paz e do bom relacionamento entre os povos através da música.



Alcântara e Bairro Alto vencem Marchas

As Marchas Populares de Lisboa voltaram a realizar-se com uma grande participação popular das diferentes localidades do concelho, juntando milhares de participantes e vinte grupos diferentes. Após vencer a edição de 2024, Alcântara repete o feito, desta vez, juntando-se ao Bairro Alto no primeiro lugar. Em terceiro lugar ficou a Marcha da Bica, vencedora da edição de 2023. Destaca-se ainda a presença, para além dos grupos participantes, do grupo Macau Street Dance, da Marcha Infantil das Escolas de Lisboa e das Marchas de «A Voz do Operário», Mercados e Santa Casa.

CRÓNICA INTERNACIONAL

Fora de controlo

Jorge Cadima

O ataque israelita ao Irão confirma o que já se sabia. Israel é o maior agente de guerra no Médio Oriente; é uma ameaça para a paz, não só regional, mas mundial; viola sistematicamente a legalidade internacional; comete bárbaros crimes com total impunidade; mente em permanência. A natureza de Israel, após mais de 20 meses de genocídio do povo palestiniano, está para além de qualquer dúvida racional. Mas é preciso sublinhar que o que se passa hoje no Médio Oriente ultrapassa em muito Israel. Os crimes e a impunidade de Israel não são de hoje, mas marcam toda a sua existência. Espelham a sua íntima ligação ao imperialismo. Israel é um posto avançado dos EUA e potências europeias naquilo que é a mais rica região do planeta em recursos energéticos. Na barbárie genocida de Israel vê-se a verdadeira essência das potências da NATO que, mais uma vez, cerraram fileiras em defesa do agressor israelita.

Há anos que Israel – e o seu primeiro-ministro fascista Netanyahu em particular – clama que o Irão está à beira de ter armas nucleares. Mas o único país da região com armas nucleares é Israel. E, ao contrário do Irão, Israel nunca ratificou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT), nem aceita inspecções do seu programa nuclear, que não é apenas civil, mas também militar. O Irão, que sempre afirmou não pretender ter armas nucleares, assinou em 2015 o acordo conhecido em inglês pela sigla JCPOA, com as principais potências mundiais. Aceitou as inspecções da AIEA, que confirmou o seu cumprimento do acordo. Mas quando chegou a vez de levantar as sanções ao Irão, como previsto, os EUA rasgaram o acordo. Foi Trump, em 2018, mas Biden assim o manteve. De forma dúplice, a Inglaterra, França e Alemanha exigiram que o Irão continuasse a cumprir o acordo, mesmo sem os EUA. O Irão aceitou. Agora, quando estavam em curso negociações, e escassas horas após Trump afirmar que se estava muito perto dum novo acordo, Israel ataca. Matando, entre outros, o chefe da missão de negociadores do Irão (latintimes.com, 13.6.25). E as potências imperialistas, coniventes com a agressão militar israelita que nunca condenaram, rapidamente ameaçaram o Irão em caso de represálias, que são legais ao abrigo do direito internacional. Estão a participar em acções militares ao lado de Israel. É evidente que as negociações foram em má-fé e que as inspecções da AEIA e do seu cada vez mais desacreditado presidente Grossi serviram apenas para recolher no terreno as informações necessárias ao ataque.

A duplicidade das potências imperialistas é gritante

A duplicidade das potências imperialistas é gritante. Mas não é novidade. É assim há 20 meses de genocídio em Gaza. É assim há muitas décadas de ocupação da Palestina. Foi assim com os acordos de Minsk sobre a Ucrânia. Para as potências imperialistas, os acordos servem apenas para exigir concessões enquanto preparam os próximos ataques.

Dizer que Israel está fora de controlo é verdade. Mas é todo o imperialismo decadente que está a conduzir a Humanidade para o precipício, escalando a guerra em toda a parte. Num declínio cada vez mais evidente, as potências imperialistas (EUA, Inglaterra, França e Alemanha à cabeça) recusam aceitar ser apenas países iguais a outros. Para o "partido da guerra" no seio do imperialismo, parece que mais vale conduzir a Humanidade à destruição, do que aceitar o fim da sua hegemonia mundial. Terão de ser os povos a acordar para a ameaça que enfrentam, antes que seja tarde.

EDITORIAL

"é tempo de agir"

LUTA DETERMINADA E CONFIANTE

A situação internacional sofreu na última semana um súbito agravamento com a agressão de Israel ao Irão, ao mesmo tempo que prossegue o genocídio do povo palestiniano e os permanentes bombardeamentos e ocupação de território libanês e sírio. Uma agressão com o apoio dos EUA e a cumplicidade das grandes potências da NATO e da UE.

O Governo português tem de condenar esta escalada de guerra que Israel leva a cabo e exigir o seu fim imediato como tem sido reclamado nas diversas acções que se têm realizado, pelo fim do genocídio do povo palestiniano, pelo reconhecimento do Estado da Palestina, pela Paz no Médio Oriente.

Entretanto, ao mesmo tempo que se degrada a situação económica e social do País, foi anunciada a venda do Novo Banco a um grupo francês da banca de investimento.

Mais um inaceitável assalto aos recursos do País que tem de ser travado. O PCP anunciou que irá apresentar uma iniciativa na Assembleia da República para impedir este assalto e para que se avance na recuperação do controlo público do Novo Banco, colocando-o ao serviço do povo e do País, ao serviço do desenvolvimento e da economia nacional.

O Programa do Governo entretanto divulgado confirma as preocupações, a denúncia e o combate que estão na origem da moção de rejeição que o PCP oportunamente anunciou e hoje é votada na AR.

Trata-se de um Programa que prossegue e aprofunda as opções da política de direita, ao serviço dos interesses do capital. Um programa que insiste numa política de baixos salários; pretende rever a legislação laboral para aumentar a exploração, ritmos de trabalho e desregulação de horários de trabalho; anuncia a intenção de rever a lei da greve para dificultar a resistência e a luta dos trabalhadores; persiste na injustiça fiscal. Nos serviços públicos e funções sociais do Estado, a orientação é transformar direitos em negócio. Prossegue uma política de desvalorização da produção nacional e dos sectores produtivos, acentuando o rumo das privatizações; coloca como grande prioridade atingir dois por cento da despesa para a guerra e para a corrida aos armamentos já em 2025. É um programa em claro confronto com a Constituição.

Os trabalhadores, os reformados, os jovens, as mulheres, os micro, pequenos e médios empresários, os pequenos agricultores e os pescadores, os emigrantes e os imigrantes, as populações não encontrarão as soluções necessárias para resolver os seus problemas neste programa e nas opções políticas em que se enquadra.

O que é preciso, para a elevação das condições de vida do povo e o desenvolvimento e progresso do País, é a ruptura com a política de direita e a exigência de uma política alternativa em consonância com a Constituição da República.

Estimulando a luta dos trabalhadores e das populações pela defesa dos seus direitos e o aumento dos salários e das pensões, exigindo que se cumpra a Constituição, o PCP apela à mobilização para a Marcha «Cumprir a Constituição. Aumentar Salários e Pensões, para uma vida melhor», que no próximo dia 26 terá lugar, em Lisboa e no Porto. Uma Marcha que, colocando no centro das suas reivindicações o cumprimento da Constituição da República Portuguesa com os direitos que consagra, tornando melhor a vida de todos, se baterá por aquilo que importa na vida de cada um - os salários, as pensões, a habitação, a saúde, os direitos das crianças, a paz.

Uma Marcha de combate, resistência, de liberdade, democracia e esperança, que convoca todos que são atingidos pela política de direita, os trabalhadores a quem é roubada a riqueza que produzem, os pensionistas a quem negam pensões dignas, os jovens que buscam direitos e perspectiva de vida, os utentes do SNS que não têm a resposta a que têm direito, as mulheres que recusam retrocessos na lei e na vida, todos os que aspiram a uma vida livre e assente nos valores de Abril.

Prossegue a batalha política para as eleições autárquicas, mobilizando o povo para o apoio à CDU, a frente unitária e popular capaz de potenciar condições para viver melhor na nossa terra.

Prossegue também a preparação da Festa do Avante!, espaço de liberdade, democracia e de cultura, promovendo a sua divulgação e venda da EP.

O PCP afirma que é necessário e é possível a ruptura com a política responsável pelo acumular dos problemas estruturais que o País enfrenta e que tem na submissão à UE – que há 40 anos se iniciou como parte integrante do processo contra-revolucionário de recuperação monopolista que contrariou o caminho de igualdade, justiça e progresso social, de desenvolvimento económico, de soberania e independência nacional, de paz e cooperação conquistado e iniciado pelo povo português com a Revolução de Abril – um factor que comprometeu gravemente a nossa soberania. Ruptura que a vida vai mostrando ser imprescindível para abrir caminho à concretização de uma outra política que assegure a soberania e independência nacional, o desenvolvimento económico e social, os direitos dos trabalhadores, do povo e do País, contribuindo para uma Europa de cooperação entre estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e de paz.

Avante!

CDU reafirma confiança no futuro do Seixal e apela à mobilização popular

No domingo, o Secretário-Geral do PCP participou na apresentação dos primeiros candidatos da CDU às freguesias e à Assembleia Municipal do Seixal, bem como da mandatária concelhia, numa iniciativa marcada por um ambiente de confiança, combatividade e compromisso com os valores de Abril.
A par da afirmação da necessidade de reforçar o projecto autárquico, Paulo Raimundo, em iniciativas realizadas de Norte a Sul do País, apelou à participação popular na Marcha Nacional de 26 de Junho e denunciou as injustiças e negociatas que continuam a marcar a política nacional.



Paulo Raimundo reafirmou o compromisso com os valores de Abril e a luta por melhores condições de vida

«Temos muita confiança no futuro, neste concelho de Abril», afirmou Maria João Costa, da Comissão Concelhia do Seixal e do Comité Central do PCP, ao dar início à sessão, que contou com a presença de mais de 500 pessoas. A sua intervenção expressou o forte apoio à CDU, que, segundo a comunista, «nos dá uma imensa confiança» para as próximas eleições autárquicas.

«Sempre ao serviço das populações e nunca para se servir delas»

O evento foi marcado pela presença de diversos representantes do movimento associativo, instituições de diferentes áreas, da Associação Intervenção Democrática (ID), do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), do PCP, e também de muitos cidadãos sem filiação partidária. Entre os presentes, estavam vários eleitos das assembleias e juntas de freguesia, da Assembleia (AM) e da Câmara Municipal (CMS), além de numerosos trabalhadores das autarquias.
Em ambiente de festa e de luta, foram primeiro apresentados – também por Maria João Louro, do Executivo da Comissão Executiva do Seixal do PCP – os primeiros candidatos às juntas de freguesia de Amora (Nelson Ramos, 47 anos, licenciado em Educação Física, actual presidente da JFA), de Corroios (Hugo Constantino, 45 anos, técnico superior no Departamento de Desporto da CMS, actual presidente da JFC), de Arrentela (Filipe Dourado, 57 anos, formado em engenharia civil, ligado à indústria dos produtos químicos para a construção civil), de Aldeia de Paio Pires (Maria João Correia, 45 anos, técnica superior de Comunicação Social e Relações Públicas, licenciada em Marketing; desde 2009, apoio político no Gabinete de Apoio à vereação da CMS), de Fernão Ferro (Alberto Poço, 46 anos, licenciado em Engenharia Civil; integra há 16 anos os quadros da CMS como técnico superior na área da Engenharia Civil), e de Seixal (Manuel Coisinha, 57 anos, coordenador técnico e treinador de basquetebol grau III).
Ao palco subiu também Brázio Romeiro (68 anos), presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos do Concelho do Seixal, que figura como primeiro na lista à Assembleia Municipal do Seixal. Juntou-se a ele Corália Loureiro, mandatária da CDU para o concelho do Seixal, presidente da Assembleia Geral da APCAS e da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Seixal. «Aceitei este desafio porque, como autarca durante 29 anos neste concelho, aqui [no Seixal] o Poder Local democrático vê-se nas palavras e no trabalho realizado, garantindo um futuro com mais justiça social e lutando, permanentemente, para que os valores de Abril se mantenham bem firmes», destacou a mandatária,

Marcha de 26 de Junho de resistência e de esperança

Paulo Raimundo apelou à participação na marcha «Cumprir a Constituição. Aumentar salários e pensões. Para uma vida melhor» (ver pág. 11), promovida pelo PCP. Em Lisboa, a iniciativa tem início às 18h00, junto à Assembleia da República, seguindo em direcção ao Cais do Sodré. No Porto, o desfile começa às 18h30, entre a Praça da Batalha e a Via Catarina.
«Trata-se», afirmou no Seixal, «de uma marcha pela vida de cada um, de combate, de resistência, mas também de liberdade, de democracia, de esperança, para abrir um caminho que é necessário para a vida da maioria». Deixou, por isso, o apelo à participação de todos os «que se sentem injustiçados», que têm «razões profundas para protestar» e para «provocar um sobressalto», sublinhando que se trata de uma marcha «aberta a todos» e que «fazem falta todos aqueles que sabem que é preciso — e é possível — criar uma vida melhor para a maioria do nosso povo».

Golpadas, propaganda e negociatas

Nas intervenções que foi realizando – no Seixal, em Estarreja, na Guarda ou em Avis (ver pag. 8 e 9) – e acompanhando a actualidade política, o Secretário-Geral do PCP classificou como uma «golpada» o negócio da venda do Novo Banco (ver pag. 14). Lembrou que os portugueses já pagaram oito mil milhões de euros para libertar o banco, que acabou por ser vendido a um fundo americano por mil milhões de euros.
Contudo, informou Paulo Raimundo em Estarreja, o banco foi, na prática, adquirido a custo zero, já que os mil milhões foram retirados dos próprios dividendos do banco. Agora, o Novo Banco está a ser vendido por 6,4 mil milhões de euros.
O PCP já anunciou que vai avançar com uma iniciativa na Assembleia da República com vista à recuperação do controlo público do Novo Banco.
O momento coincidiu também com a entrega do programa do Governo (ver pag. 32), que apelidou de «propaganda» e de «negociatas» para «sacar recursos do Estado», como acontece no Serviço Nacional de Saúde, «transferindo tudo para aqueles que fazem da doença um negócio», na habitação, na banca, na TAP, «mas não só», referindo-se ainda ao «golpe» nas leis laborais, para precarizar ainda mais, para aumentar as horas de trabalho e para aumentar o tempo de trabalho.



Centenas de pessoas participaram na iniciativa da CDU no Seixal, marcada pela confiança, combatividade e pela apresentação dos candidatos às eleições autárquicas

apelando ao reforço eleitoral da CDU, com mais votos e mais mandatos em todos os órgãos autárquicos do concelho. Esse reforço será «a mais sólida garantia da qualidade de vida das populações, na defesa dos direitos dos trabalhadores e no desenvolvimento de progresso deste nosso concelho do Seixal». Terminou citando Álvaro Cunhal: «A alegria de viver e lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos».

Apoios importantes de diferentes áreas

Seguiu-se a intervenção do candidato e actual presidente da CMS, Paulo Silva, que destacou os mais de 700 apoios recebidos «de todas as áreas, desde a educação ao desporto, da cultura ao associativismo, dos bombeiros à saúde, dos jovens aos imigrantes, dos trabalhadores da Câmara aos empresários e agentes do mundo do trabalho». Dirigiu também uma palavra de «apreço, estima e admiração» a Alfredo Monteiro, até então presidente da AM, destacando o seu percurso de cerca de 40 anos ao serviço do concelho – primeiro como professor e, posteriormente, em diversos órgãos autárquicos, nomeadamente como presidente da CMS.

Depois de recordar as lutas travadas para a desagregação das freguesias de Arrentela, Seixal e Aldeia de Paio Pires – entretanto concretizada – e pela construção do Hospital do Seixal – que continua a aguardar decisão governamental –, Paulo Silva assegurou que o município, «que é sempre parte da solução», vai continuar a exigir a concretização do projecto de arrendamento acessível, para que «o direito constitucional a uma habitação digna se torne uma realidade». Disse ainda que no próximo mandato a CDU vai «continuar com este trabalho transformador», com a construção e a requalificação de jardins de infância e escolas do 1.º ciclo; com mais equipamentos desportivos, e melhores meios para as associações e clubes. O autarca falou ainda sobre os centros culturais de Amora [em fase de conclusão] e de Corroios, assim como o projecto Aldeia da Música e «Seixal Criativo».

A iniciativa contou também com a intervenção de Heloísa Apolónia, do PEV, que destacou a «profunda» capacidade de trabalho dos eleitos da CDU, sublinhando tratar-se de uma «força unitária e popular, onde têm lugar todos os que defendem a democracia, a dignidade do ser humano e o desenvolvimento sustentável».

Projecto ao serviço das pessoas

A última intervenção coube a Paulo Raimundo, que destacou o projecto da CDU, «ao serviço da cultura, do desporto, dos direitos das crianças, dos jovens e, naturalmente, dos mais idosos», sublinhando que é composto por «gente séria e honesta, sempre — mas sempre — ao serviço das populações e nunca para se servir delas». Acrescentou que muitos desses candidatos, «vindos de diversos quadrantes políticos», partilham as premissas de «querer viver melhor na sua terra e de se disponibilizarem para agir nesse sentido», sendo «gente de trabalho, honestidade e competência».

«O trabalho que aqui foi feito, a obra que realizámos e aquilo que, com a força do povo, vamos continuar a realizar têm a marca do projecto autárquico da CDU e resultam da acção, da mobilização e da luta das populações» — destacou, reforçando que «o Seixal precisa de mais CDU» e do «seu povo ainda mais mobilizado» para que haja, por exemplo, «mais força para a construção do Hospital do Seixal» e para «responder às necessidades dos transportes e da mobilidade».

Grande participação em Estarreja e na Guarda



Intervenção de Miguel Martins dos Verdes, em Estarreja

O Secretário-Geral do PCP, Paulo Raimundo, esteve presente, no passado sábado, nos convívios da CDU nas regiões de Guarda e Aveiro.

Levantadas pelas mãos de dezenas de activistas e amigos da CDU, estas iniciativas contaram com momentos culturais, intervenções políticas e uma grande participação daqueles que, saídos da campanha das legislativas, preparam mais uma batalha nas autárquicas.

Mais força à alternativa

O Parque Álvaro Nora, em Canelas, no concelho de **Estarreja**, foi o local escolhido para receber o convívio da CDU, em Aveiro. Interveio **Maria Inês Costa**, da Comissão Política da JCP e do Comité Central do PCP. Na sua intervenção, a jovem comunista lembrou que o «poder local não pode ser um meio para o Estado se desresponsabilizar das suas competências», referindo-se à recente transferência de competências para as autarquias na área da educação.

As reivindicações da população aveirense encontram correspondência no programa e acção da CDU, desde os transportes que «não podem só servir para fazer o trajecto escola–casa ou casa–trabalho» ao desporto, onde se exigem mais e melhores espaços, nomeadamente com a requalificação do campo de basquetebol do Jardim da Fonte Nova e da criação de um skatepark em Espinho. Também a valorização do movimento associativo, da cultura e da produção artística foram destacados, num tempo em que é preciso «fazer frente à promoção de valores como o individualismo e o preconceito».

Na mesa do comício estiveram vários dirigentes do PCP e do PEV, assim como **Fernando Saramago**, primeiro candidato pela CDU a Estarreja

Na **Guarda**, dezenas juntaram-se no Parque Urbano do Rio Diz para mais um momento de afirmação da CDU. Antes das intervenções, houve espaço para a leitura do poema «Soneto do Trabalho» por João Taborda, assim como um momento musical proporcionado por Mariana Lisboa.

José Pedro Branquinho, candidato à Câmara Municipal da Guarda, referiu que «as pessoas sabem que podem confiar na CDU» enquanto a força que não muda «de cara no dia a seguir às eleições».

Apresentando algumas das prioridades para o concelho, mencionou a «reabilitação urbana da zona histórica da cidade»; a defesa dos produtos endógenos; «a protecção do rio Nóeme e rio Diz», assim como «mais autocarros» e com «mais frequência», garantindo o direito à mobilidade.

Ainda no plano das prioridades, afirmou a defesa da regionalização, «contra a municipalização das funções sociais do Estado», assim como da escola pública enquanto «um local de liberdade, convívio saudável, solidariedade e promoção da paz».

Lutar pelo Ambiente

Em ambas as iniciativas, falou ainda **Miguel Martins**, membro do Conselho Nacional do PEV. Valorizando a «luta de aqueles que estão descontentes e sofrem os efeitos das políticas de desinvestimento actuais», o dirigente dos Verdes reforçou «a urgência da requalificação da linha do Vouga» e a abolição das «portagens que ainda existem na A25.»



Momento do comício na Guarda

A CDU avança com aquilo que se impõe na defesa da natureza, com o «reforço em recursos humanos e materiais» e na agricultura, «valorizando circuitos curtos como os mercados municipais e priorizando o consumo de produtos locais nas cantinas escolares e na restauração».




Mogadouro

O editor Francisco Madruga, 68 anos, é o candidato da CDU a presidente da Câmara Municipal de Magadouro. O membro do Sector Intelectual do Porto do PCP, é vice--presidente da Direcção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Valadares e da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia – AICL. Em 2021 foi candidato da CDU a presidente da Câmara Municipal de Mogadouro. Anunciado foi também o nome de Guilherme Telo, 28 anos, investigador em Física, como primeiro candidato à Assembleia Municipal. O membro da Organização Concelhia de Mogadouro do PCP tem a licenciatura e mestrado em Física (Universidade de Coimbra) e doutoramento em Física (Universidade de Valência).




Freixo de Espada à Cinta

Odete Veneranda Silva, 68 anos, monitora de cursos em zonas rurais, é a candidata da CDU a presidente da Câmara Municipal (CM) de Freixo de Espada à Cinta. É membro da Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP.
A lista à Assembleia Municipal é encabeçada por António Cruz, 66 anos, jardineiro. É assistente operacional da CM de Freixo de Espada à Cinta e membro da Organização Concelhia de Freixo de Espada à Cinta do PCP.

Alternativa de mudança para Famalicão

O Museu Bernardino Machado acolheu, no dia 5 de Junho, a apresentação pública da candidatura da CDU aos órgãos municipais de Vila Nova (VN) de Famalicão. Um dos objectivos passa pela exigência de obras urgentes de requalificação do Hospital do concelho.

Na sessão, Tânia Silva, primeira da lista à Assembleia Municipal (AM), sublinhou que a CDU, com apenas um eleito naquele órgão, foi «a voz de muitos famalicenses», que «todos reconhecem como séria, coerente, que honra os seus compromissos e que dá garantia de uma gestão rigorosa dos recursos públicos». Por seu lado, Sílvio Sousa, candidato a presidente da Câmara, teceu fortes críticas ao executivo municipal e destacou que «uma das maiores riquezas» do concelho «são os famalicenses, que sabem «que nem tudo são negócios nas prioridades da vida».


Sílvio Sousa


Tânia Silva

Obras urgentes no Hospital

Em nota divulgada no passado dia 10, a CDU alerta para a necessidade de obras de requalificação no Hospital de VN de Famalicão, no seguimento de uma acção inspectiva por parte da ASAE às suas instalações.

«Tendo em conta a tomada de posse do novo Governo e a continuidade de Ana Paula Martins como ministra da Saúde», o «cenário com que se deparará o Hospital de Famalicão, no imediato, será ainda mais negro», alerta a CDU, prevendo-se a concretização da entrega do Hospital de Santo Tirso à Misericórdia do aludido concelho, transferência que, a concretizar-se, «constitui uma série ameaça à qualidade dos serviços prestados aos utentes de VN de Famalicão, bem como a outras populações». A este propósito, a CDU recorda que o presidente da Câmara «continua em silêncio, o que indicia conivência com este sério atentado ao interesse público».

«Nem tudo são negócios nas prioridades da vida»

«Este ataque concertado ao Serviço Nacional de Saúde, com a entrega do Hospital de Santo Tirso ao sector social e privado, só virá piorar a difícil situação» do Hospital de VN de Famalicão, «que tão necessitado está de obras de requalificação, pungentemente urgentes», acrescenta a CDU.

Candidatos pelo Entroncamento

O candidato da CDU a presidente da Câmara Municipal do Entroncamento é João Félix, 62 anos, ferroviário no centro logístico do Entroncamento, da empresa Infra-estruturas de Portugal (IP). Foi dirigente sindical e membro da Comissão de Trabalhadores.

Já João Caldeiras, 52 anos, licenciado em Gestão Financeira pelo ISCAL e Engenharia Mecânica pela ESTA/IPT, encabeça a lista da CDU à Assembleia Municipal. Ferroviário há 29 anos, desenvolve trabalho em várias áreas na IP. É treinador de voleibol, instrutor de stand-up paddle, membro da comissão instaladora da Associação de Voleibol do Ribatejo e secretário da sua Assembleia Geral. É igualmente voluntário na Associação de Bem-Estar Animal do Entroncamento.


João Félix


João Caldeiras

A CDU anunciou ainda os nomes de Catarina Alexandra Silva e Ana Margarida Lopes como primeiras candidatas às juntas de freguesia de São João Baptista e Nossa Senhora de Fátima, respectivamente.



Setúbal

André Martins, candidato da CDU a presidente da Câmara Municipal de Setúbal, cargo que actualmente exerce, acompanhado pelos cabeças de lista à União de Freguesias de Setúbal, Fátima Silveirinha, e de S. Sebastião, Luís Matos, juntamente com outros candidatos e activistas, contactaram com os comerciantes da Baixa de Setúbal e a população.



Moita

João Pedro Figueiredo, candidato da CDU a presidente da Câmara Municipal da Moita, acompanhado por Viviana Nunes e Jéssica Almeida, primeiras na lista à Assembleia Municipal e da União de Freguesias de Gaio Rosário e Sarilhos Pequenos, respectivamente, visitaram o Estaleiro do Mestre Jaime, em Sarilhos Pequenos.



Barreiro

As Festas Populares de Palhais contaram com a visita de Jéssica Pereira, candidata da CDU a presidente da Câmara Municipal do Barreiro, acompanhada por Carlos Bucho, primeiro na lista à União de Freguesias de Palhais e Coina. Nesta acção de contacto e de diálogo com os munícipes estiveram também José Luís Ferreira, candidato à Assembleia Municipal, e Vicente Figueira, cabeça de lista à Junta de Freguesia de Santo António da Charneca.

CDU afirma Arraiolos como território de futuro

Em sucessivos mandatos, os executivos CDU tiveram um papel importante e fundamental no desenvolvimento e na promoção do tapete de Arraiolos, símbolo vivo da tradição, da economia e da cultura local, que tem um papel na preservação e promoção da identidade de Arraiolos e do Alentejo. Ao *Avante!*, Sílvia Pinto, actual presidente do município, e Jorge Macau, vice-presidente, que se candidata a presidente da Câmara, avançaram com outros projectos e ideias para o futuro do concelho.



Sílvia Pinto e Jorge Macau destacam o papel da CDU no desenvolvimento do concelho e na valorização da identidade local

Ao apoiar e promover esta arte, a CDU contribuiu, com a sua acção, para a sustentabilidade económica da região, gerando empregos e fontes de rendimento para muitas famílias do concelho, ajudando a combater a desertificação e a criar oportunidades de emprego local. Simultaneamente, garantiu que as novas gerações continuassem a aprender as técnicas tradicionais do bordado, apoiando programas de formação e projectos educativos.

Mas não se ficou por aqui. Levou-se o tapete fora das fronteiras do concelho, em feiras, exposições e eventos culturais, tanto a nível nacional como internacional. Um dos grandes eventos para a preservação, promoção e valorização é o «Tapete na Rua», que este ano se realizou de 6 a 10 de Junho.

Políticas que melhoram a qualidade de vida das populações

«Olhamos para o Tapete com uma perspectiva de futuro, tomando medidas de salvaguarda deste património, desde logo envolvendo artistas para darem novas perspectivas do Ponto de Arraiolos», ilustrou Sílvia Pinto, dando conta que o município «desenvolveu um trabalho com uma equipa de historiadores que, durante três anos, fez um levantamento em arquivos históricos sobre o Tapete de Arraiolos». «Acabámos por ficar até com um levantamento arquitectónico do concelho», salientou, completando: «Para nós é importante ir buscar informações sobre o passado para depois construirmos o futuro».

Dinamizar a economia local

Também a empada de Arraiolos tem uma longa história e está profundamente ligada à cultura local. «As pessoas vêm a Arraiolos ver o Tapete e comer a empada», ironizou a autarca. Jorge Macau sublinhou que «são processos diferentes», mas que «o registo da marca da empada também veio dar um importante contributo» para a economia local. A autarquia procedeu ainda ao registo de outros três produtos: o pastel de toucinho, as cavacas do Vimieiro e o Nógado.

Tudo isto esteve em grande destaque na Bolsa de Turismo de Lisboa. Mas a maior procura de informação neste certame foi mesmo os percursos pedestres – um dos grandes investimentos do mandato – que permitem explorar a rica paisagem, história e cultura do concelho. Destaque para o da vila de Arraiolos, que permite aos visitantes explorar as ruas estreitas com a típica arquitectura alentejana, o castelo e as suas muralhas, a Igreja de São João Baptista. Também existem em São Pedro da Gafanhoeira, em Vale Pereiro e no Vimeiro. «Agora estamos a construir em Sabugeiro e Santana. O nosso objectivo é fazer uma rede de percursos em todas as freguesias e localidades do concelho», adiantou o também candidato.

Estes últimos quatro anos ficaram também marcados pela intervenção no Parque de Feiras e zona envolvente ao Multiusos; continuação da regeneração urbana em Vimieiro; início da regeneração urbana em Igrejinha; criação da zona de lazer na albufeira do Divor; remodelação dos parques infantis nas Ilhas, Santana do Campo, Carrascal e Aldeia da Serra e início de procedimentos no de Arraiolos; Centro Comunitário na localidade Ilhas; remodelação e adaptação do Casão para Multiusos em S. Pedro da Gafanhoeira; remodelação do largo de Santa Clara em Sabugueiro; melhoramento no recinto de festas em Santana do Campo e em Igrejinha; arruamento em Vale do Pereiro; arrelvamento dos campos de futebol em Vimieiro e São Pedro da Gafanhoeira, entre muitas outras.

Projectos para o desenvolvimento do concelho

Jorge Macau anunciou que a CDU quer dar continuidade e iniciar projectos estruturantes que irão contribuir claramente para o desenvolvimento do concelho de Arraiolos. Alguns iniciar-se-ão ainda no presente mandato, como o Laboratório Têxtil na Casa Queiroga, a cobertura do Palácio dos Condes do Vimieiro, a recuperação do Torre do Relógio [no castelo], a adaptação dos antigos Celeiros da EPAC a Pólo de Oportunidades Empresariais Tecnológicas de Arraiolos, o parque empresarial da Igrejinha, o parque urbano em Carrascal e Vale do Pereiro.

A tudo isto junta-se o compromisso com os trabalhadores do município, a cultura, o desporto e os tempos livres, no apoio prestado às instituições no plano social, ao movimento associativo e à protecção civil.

Destaque ainda para a conclusão da revisão do PDM, que assume um papel determinante no futuro, assim como a aquisição de terrenos para auto-construção e condições particulares sobretudo para jovens.

Sobre o Palácio, Sílvia Pinto esclareceu que o objectivo é criar um «laboratório virado para as questões da música filarmónica». «Não se quer que seja só um espaço expositivo, mas de experimentação, que permita que as bandas possam fazer intercâmbio» e «ter um auditório onde se possa mostrar o resultado desse laboratório».

Jorge Macau destacou o Pólo de Oportunidades Empresariais, Tecnológicas de Arraiolos, que será «um viveiro de empresas». «Queremos apostar na tecnologia para trazermos emprego qualificado para Arraiolos», sublinhou.

Inverter o ciclo da desertificação do Interior do País

Em contra-ciclo com a realidade do Interior do País, Sílvia Pinto, que ao longo dos anos tem demonstrado um compromisso profundo com a melhoria do sistema educativo, deu a conhecer que em 2024 «aumentámos uma sala de pré-escolar e outra de primeiro ciclo em Arraiolos», o que quer dizer que «o número de crianças está a aumentar» e que as pessoas que procuram o concelho «vêm e ficam». «Se tínhamos uma escola básica com jardim de infância que dava para as necessidades, neste momentos estamos a trabalhar num novo projecto», revelou Jorge Macau.

Avante!

Décadas de gestão CDU em Avis são prova de que é possível «Viver melhor na nossa terra»

Levar ainda mais a longe a obra em prol do concelho

Mais de uma centena de activistas participou, no dia 12, na apresentação pública da candidatura da CDU a Avis, que contou com Manuel Coelho, candidato a presidente do Município, e Paulo Raimundo.

Na iniciativa, Manuel Coelho, actual presidente da Assembleia Municipal, destacou o apoio crescente à CDU em Avis da parte de vários munícipes, «muitos deles sem conhecida filiação partidária ou que, em momentos anteriores, apoiaram outras forças políticas», e que dão ânimo, referiu, a uma candidatura que continuará a «contribuir para elevar a novos patamares o valiosíssimo legado de trabalho, transformação e desenvolvimento».

«Legado de trabalho, transformação e desenvolvimento»

Para o candidato, este é o momento de reforçar os contactos, ouvir e recolher contributos para a elaboração colectiva de «um programa amplamente participado, em que, face às necessidades das populações e dos agentes que actuam no território, se trace caminhos e perspectivas, se apresentem propostas e soluções».

«A CDU, com provas dadas ao longo de décadas, nas freguesias e no município, concretizou e é a única força com condições de levar ainda mais longe a obra em prol do concelho de Avis e das suas gentes, assente no exercício de uma gestão democrática, participada, de proximidade e em estreita ligação às populações e aos agentes locais, inovadora», sublinhou.

Intervir no concelho

Uma das áreas destacadas por Manuel Coelho foi a limpeza e higiene urbana, à qual, frisou, a CDU continuará a dar particular atenção. Além desta, lembrou a importância da manutenção dos jardins e espaços verdes, da qualidade do espaço público, da valorização do património histórico e da conservação dos imóveis propriedade do município.

O candidato assinalou a necessidade de, em matéria de habitação, a autarquia continuar a avaliar as necessidades e as possibilidades de disponibilização de lotes a preços controlados para auto-construção, vincando que a CDU dará «particular enfoque aos imóveis devolutos e em estado de degradação, procurando as ferramentas possíveis para a sua recuperação».

Mobilidade e direitos

«Num concelho como o nosso, com mais de 600 km2, com povoações e aglomerados dispersos, a questão das acessibilidades e da mobilidade merece abordagem», sublinhou, afirmando que a Coligação procurará, «durante os quatro anos do próximo mandato, concretizar um plano de investimentos na conservação, manutenção ou requalificação das estradas, caminhos municipais e caminhos agrícolas». O candidato assegurou, ainda, que a CDU «continuará a exigir a ligação entre Estremoz e Abrantes, em perfil de IC, com passagem por Sousel, Avis e Ponte de Sor».

Manuel Coelho salientou, ainda, outras áreas nas quais a Coligação continuará a intervir, como a valorização dos trabalhadores do Município, o apoio às juntas e a distribuição dos investimentos municipais de forma equilibrada entre as freguesias, a defesa e o apoio ao movimento associativo, aos bombeiros voluntários e às IPSS, e a procura de parcerias com os micro, pequenos e médios empresários e demais agentes económicos. O candidato assinalou outras áreas prioritárias, como a defesa dos direitos de crianças, jovens e reformados, pensionistas e idosos.

Lutas de hoje

A sessão contou, ainda, com uma intervenção de Paulo Raimundo, que referiu os principais combates políticos da actualidade, nomeadamente a luta pelo cumprimento da Constituição e contra a sua revisão, e a batalha contra a política de direita que terá continuidade com o novo Governo PSD/CDS. O Secretário-Geral valorizou, igualmente, o projecto da CDU como uma alternativa com soluções concretas para a região do Alentejo (e o distrito de Portalegre em particular), e a participação das mulheres nas candidaturas da Coligação, entendendo que é preciso ir ainda mais longe nesta matéria.

Na iniciativa, que foi aberta com um animado momento musical levado a cabo por Catarina e Mafalda, estiveram presentes na mesa, além dos intervenientes: Rogério Silva, responsável pela Organização Regional de Portalegre (ORPOR) e membro do Comité Central; Tiago Aldeias, da Comissão Executiva do PEV; e Ângelo Alves, da Comissão Política.

Mais de uma centena de pessoas participou na apresentação





Manuel Coelho e Paulo Raimundo na iniciativa

Continuar o trabalho

Nuno Silva, actual presidente da Câmara Municipal de Avis (CMA), que também interveio na sessão, foi apresentado como o cabeça-de-lista da CDU à Assembleia Municipal. Com 52 anos, é bombeiro voluntário e dirigente associativo, integrando a associação humanitária de bombeiros voluntários do concelho. Psicólogo, é membro da equipa de intervenção psicológica na crise, da ANPC, tendo estado no terreno em situações de catástrofe e incidentes de âmbito nacional.

A nível autárquico, além da presidência do Município desde 2013, foi eleito na Assembleia de Freguesia de Avis (1997-2001), vereador (2001-13) e vice-presidente do Município (2005-13). Presidiu ao conselho de administração da AreanaTejo (2013-15) e foi vogal deste órgão (2015-21).

Membro do PCP, integra a Comissão Concelhia de Avis e a Direcção da ORPOR.

Mandato marcado por forte investimento na educação

Nuno Silva destacou os investimentos feitos no concelho; Inês Fonseca falou sobre os desafios e projectos em curso; Salomé Guilhermino deu conta das iniciativas sociais e culturais que envolvem a população

Ao Avante!, Nuno Silva, presidente da Câmara Municipal de Avis (CMA), acompanhado por Inês Fonseca, vice-presidente, e Salomé Guilhermino, vereadora, fez o balanço de um mandato de intervenção centrado na qualidade de vida da população.



O município tem investido fortemente na educação, com melhoria de infra-estruturas e desenvolvimento de programas que promovem o sucesso escolar. Nuno Silva destacou o papel das bibliotecas municipais – em Avis e Alvorão – no apoio à aprendizagem e inclusão. «Ali, as crianças podem desenvolver todas as suas aptidões», disse, sublinhando o papel das «equipas especializadas» municipais.

Com 606 km², o concelho aposta em levar os livros até às pessoas, com ateliês nas férias escolares e o programa Biblioférias no Verão. Outro exemplo é a Escola de Música, com dezenas de alunos dos seis aos 70 anos, em aulas de vários instrumentos e canto. «Proporcionamos o acesso gratuito a uma actividade cultural e formativa, promovendo o convívio entre gerações», explicou Nuno Silva.

«Os resultados estão à vista, com prémios a nível nacional»

Inês Fonseca referiu ainda a formação de um grupo de bombos e uma orquestra de acordeão. «Temos professores muito dedicados, e os resultados estão à vista, com prémios a nível nacional».

Mérito social e ambiental

Salomé Guilhermino falou do AnimaSénior, dirigido a idosos e reformados de todo o concelho, promovendo actividades como visitas a museus. O projecto foi reconhecido com a Bandeira de Mérito Social. No plano ambiental, o concelho tem sido distinguido com a Bandeira Verde – ECO XXI, e a Bandeira Azul para a Praia Fluvial do Clube Náutico de Avis, fruto de boas práticas de sustentabilidade.

Água: um desafio em curso

Neste mandato destacou-se também o investimento em infra-estruturas de água, como a reabilitação do Reservatório de Benavila e outros depósitos. «Avançámos com verbas próprias, apesar da falta de financiamento», disse Inês Fonseca. No entanto, a água proveniente da Barragem da Póvoa chega com «sedimentos». «Não é responsabilidade nossa a água que entra nos depósitos», frisou Nuno Silva.

A Câmara tem substituído troços da rede de abastecimento para garantir qualidade. «Temos um plano para intervir em freguesias mais pequenas», adiantou Inês Fonseca, defendendo que a água deve manter-se sob gestão municipal.

A gestão de resíduos é outro desafio. «O futuro obriga à recolha de biorresíduos», alertou a autarca.

Lutar por serviços que são do Estado

A população tem-se mobilizado em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Em Janeiro realizou-se uma concentração junto ao Centro de Saúde, envolvendo autarquia e juntas, exigindo mais médicos e melhores cuidados. «Temos um médico a tempo inteiro e outro a meio tempo para quase quatro mil habitantes», lamentou Nuno Silva. As distâncias entre freguesias tornam tudo mais difícil. Será inaugurado um novo pólo de saúde em Benavila, mas «sem profissionais, os equipamentos não chegam».

Inês Fonseca denunciou a desresponsabilização do Estado. «Se não fosse o município, não tínhamos Tribunal, Finanças nem GNR», disse, acrescentando que «não temos uma auto-estrada» e os jovens têm de sair para estudar.

Também os transportes são escassos. «Ir ao Tribunal de Fronteira obriga a dormir fora», exemplificou Nuno Silva.

Foi igualmente pela luta da população que se conseguiu a requalificação da Escola Básica de Avis, a inaugurar este ano. «Fizemos tudo, desde o projecto à obra. Ainda nos devem 800 mil euros», revelou o presidente.

A Câmara, apesar disso, tem «capacidade de endividamento de mais de 98 por cento» e um saldo positivo superior a dois milhões de euros, mesmo após ter suportado parte da obra do novo posto da GNR de que falta pagar 400 mil euros.

Novos projectos e ambições

Outras prioridades incluem a monitorização em tempo real da água, com contadores inteligentes; a criação de emprego e valorização da zona industrial; a construção de campos de padel e de uma pista de atletismo; um miradouro sobre a barragem; o reforço de equipamentos na praia fluvial.

Feira Medieval atrai milhares

A Feira Medieval Ibérica – em Maio – atrai milhares de visitantes e envolve a população. «Temos mais de 600 figurantes. É das melhores feiras medievais do País», afirmou Nuno Silva. Além de recriações históricas, inclui mercado de artesanato, gastronomia e animação. A vice-presidente reforçou que o turismo tem crescido. «Há cada vez mais pedidos para visitar o centro histórico e o Centro Interpretativo da Ordem de Avis», afirmou.

Desporto para todos

No desporto, o concelho acolhe uma prova da Taça de Portugal de Cross-Country Olympic e cresce o interesse pela Orientação.

Turismo e lazer em torno da Barragem do Maranhão

A Barragem do Maranhão tem forte impacto no desenvolvimento local, com potencial turístico e desportivo. «É um elemento diferenciador. Campeões do mundo vêm aqui estagiar», afirmou Nuno Silva, referindo-se ao remo, canoagem e pesca desportiva.

Na zona do Clube Náutico há uma praia, parque de merendas, parque infantil, hangar náutico, restaurante, bar, parque de campismo e piscinas municipais requalificadas, equipamento que, segundo, Salomé Guilhermino, recebeu a visita de mais de 25 mil pessoas no último Verão.

Houve também melhorias como via pedonal, ciclovia, nova iluminação e pista de skate. Em 2025 foram instalados novos pontões e criada uma zona de areia com acesso para cadeiras de rodas.

Botija com preço fixo e redução do IVA na luz, gás e telecomunicações

A líder parlamentar do PCP, Paula Santos, apresentou, no dia 11, um pacote de quatro projectos de lei, de iniciativa da bancada comunista para enfrentar os custos com electricidade, telecomunicações e gás.

Em conferência de imprensa nessa data, a deputada destacou que os elevados custos com estes serviços essenciais «têm um peso significativo no rendimento das famílias, sobretudo nas famílias com baixos salários e pensões», além das «micro, pequenas e médias empresas, que representam mais de 99 por cento do tecido económico do País».

Custos elevados pesam nos "bolsos" das famílias e MPME

Paula Santos frisou que «este é o resultado da liberalização e privatização de sectores estratégicos», que garante «a acumulação de lucros colossais pelas empresas que os dominam, à custa das dificuldades do povo e da competitividade da economia».

Nesse sentido, vincou, a resposta a estes problemas implica a aprovação destas medidas, que considerou «propostas possíveis e necessárias».

Telecomunicações

Um dos projectos de lei apresentados pelo Partido procede à alteração do Código do IVA, propondo que a prestação de serviços de telecomunicações, incluindo comunicações móveis e fixas, transmissão de dados e serviços de televisão por cabo ou satélite, passe a estar sujeito a uma taxa reduzida do imposto de seis por cento.

Os comunistas propõem, ainda, que esta alteração seja obrigatoriamente reflectida nos preços finais de venda aos consumidores, sendo a fiscalização da competência da respectiva entidade reguladora.

No texto da iniciativa, os deputados recordam que «as famílias e as empresas portuguesas pagam, pelos serviços de telecomunicações, das facturas mais caras da Europa», uma realidade, sublinham, que não é alheia à decisão de «segmentar, desmantelar e privatizar a Portugal Telecom».

A bancada lembra que, «pela duração dos contratos celebrados entre os operadores e os consumidores, e por ser uma área onde é possível uma intervenção mais eficaz das autoridades fiscalizadoras [...], os efeitos desta medida sobre a factura paga pelos consumidores seriam imediatos».



Uma das propostas do PCP prende-se com a fixação do preço da botija de gás nos 20 euros

Electricidade

Outras das áreas onde as iniciativas dos comunistas pretendem reduzir os custos é a electricidade, em relação à qual propõem uma alteração ao Código do IVA, para que este serviço volte a ser taxado a apenas seis por cento. Da mesma forma que com as telecomunicações, o texto prevê a sua reflexão obrigatória nos preços finais de venda.

Na proposta, a bancada reforça que «os elevados preços da energia eléctrica pesam fortemente sobre o rendimento disponível e as condições de vida da grande maioria da população que aufere rendimentos do trabalho, reforma ou pensão. Além disso, «também as MPME enfrentam enormes dificuldades».

«Na origem deste brutal custo para as camadas populares e pequenas empresas está um complexo mecanismo de formação de preços determinado pela acumulação de lucros das empresas que dominam o sector», referem os deputados, lembrando que é possível, desde já, tomar medidas para aliviar a tributação deste serviço, revertendo o aumento de impostos aprovado durante o período da troika.

Gás

Também no gás – tanto natural, como de "botija" – o PCP propõe a aplicação da taxa reduzida de IVA de seis por cento, argumentando que «a injustiça fiscal sobre os rendimentos do trabalho e o consumo é o resultado de décadas de política de direita no nosso País, que contrasta com as impressionantes reduções de impostos sobre os rendimentos do capital».

Neste domínio, a bancada propõe, igualmente, que o comummente chamado "gás de botija" seja objecto de controlo de preços, com a fixação em 20 euros do preço máximo de venda ao público do GPL butano engarrafo em botija de 13 quilogramas. Este preço, propõem os comunistas, deve constituir-se como referencial para a fixação dos valores máximos das diferentes variantes e tipologias de garrafas de GPL.

Na iniciativa, os deputados, além de preverem a necessária monitorização da implementação desta medida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, propõem, ainda, que o Governo proceda, no prazo de 90 dias, ao estabelecimento dos mecanismos regulatórios necessários para pôr em prática esta norma.

Comunistas propõem

A bancada comunista apresentou, no dia 6, três projectos de resolução na **área da saúde**.

Duas das iniciativas prevêem que a AR recomende ao Governo que tome as medidas necessárias para a **construção urgente do novo Hospital da Póvoa de Varzim e Vila do Conde**, bem como de **novas instalações para o Hospital de Santo Tirso**, ambos integrados e geridos pelo SNS e com as obras calendarizadas em até seis meses.

A terceira iniciativa prevê que a AR recomende ao Executivo implementar um **plano de capacitação da ULS Tâmega e Sousa**, que assegure a capacidade de resposta, a partir do SNS, às necessidades de cuidados de saúde das populações. O projecto avança com medidas como: contratação e fixação de profissionais; planificação da reabertura de unidades e serviços encerrados até ao fim de 2026; criação de um plano de apetrechamento de equipamentos; e reforço da capacidade de resposta do SNS na região na área da reabilitação física.

Governo inquirido sobre despedimentos na Gabor

No dia 11, o deputado Alfredo Maia questionou os Ministérios do Trabalho e da Economia sobre a recente notícia de mais despedimentos na Gabor, Barcelos.

Na pergunta, o parlamentar lembrou que a empresa, que já deteve, em 2020, o estatuto de maior fabricante de calçado em Portugal, emprega 1500 trabalhadores e facturou 67,5 milhões de euros. No entanto, apesar desses resultados, e depois de recentemente ter despedido cerca de 70 trabalhadores, está a avançar com novo despedimento, que poderá atingir as 240 pessoas.

Nesse sentido, Alfredo Maia questionou o Governo sobre que medidas já tomou ou tem previstas para defender os direitos destes trabalhadores e os seus postos de trabalho, e sobre quais os apoios públicos que a Gabor beneficia, designadamente no âmbito do PRR (e, sobre este, qual o seu valor).

Mil razões para participar na Marcha a 26 de Junho

O PCP prepara, em todo o País, a Marcha "Cumprir a Constituição. Aumentar salários e pensões. Para uma vida melhor", convocada para 26 de Junho em Lisboa e no Porto. São muitas e válidas as razões para participar.

Em Lisboa, a Marcha parte às 18h00 da Assembleia da República para o Cais do Sodré e no Porto arranca às 18h30 da Praça da Batalha para o Via Catarina. O objectivo é «agir, com coragem, para enfrentar os projectos da direita», realça o PCP no folheto de apelo à participação, onde salienta também que este não é tempo para «aguardar o que aí vem».

Mas deixemos falar quem nela pretende participar – com razões que, sendo suas, serão também de muitos outros.

"*Vou participar na Marcha do PCP porque acredito que todas as pessoas devem conseguir viver numa casa com condições dignas e a preços que consigam pagar. A habitação é um direito fundamental para sermos livres.*"

Raquel Ferreira, activista pelo direito à Habitação

"*Cumprir a CRP é lutar pela Paz. É dizer que não ao aumento das despesas militares e da corrida ao armamento e afirmar que queremos essas verbas utilizadas para melhoria dos serviços públicos. É afirmar que a guerra não serve nenhum dos povos do mundo e exigir o fim do genocídio do povo palestiniano. É urgente a Paz e é urgente por isso o cumprimento da Constituição! Vem connosco! 26 de Junho!*"

Julie Neves, dirigente do movimento da Paz

"*Com a luta, milhares de trabalhadores têm conquistado aumentos salariais. O aumento geral dos salários é uma urgência nacional para elevar as condições de vida e combater a pobreza. Existem condições para aumentar salários, os lucros das multinacionais são a prova que é possível.*"

Rogério Silva, dirigente sindical

"*Vamos participar nesta Marcha por melhores salários e pensões e porque é hora de defender o carácter público, solidário e universal da Segurança Social, consagrado na Constituição da República, o único que garante que todos têm direito à Segurança Social.*"

Adelaide Pereira, reformada

"*Segundo o documento Portugal, Balanço Social, 2024, para erradicar a pobreza no nosso país seriam necessários 2%, ou menos, do PIB de 2023, mas o Governo, com o apoio dos que fingem ser oposição, preferem aplicá-los na guerra, aumentando a pobreza. Por isso, dia 26 vou à Marcha.*"

Rego Mendes, dirigente do Movimento contra a Pobreza



"*Como jovem trabalhadora, sei o que é viver com salários baixos e uma constante instabilidade, sem saber com o que contar no dia de amanhã, sem saber se tenho ou não contrato, se vou ou não vou trabalhar. Marcho pelo fim da precariedade, para que tenhamos estabilidade no trabalho e na vida, um futuro digno para a juventude e salários justos para quem constrói o país. Por isso, dia 26 lá estarei, em luta!*"

Mafalda Cunha, guia turística

"*Face à escalada da violência neonazi a que estamos a assistir com a passividade e a cumplicidade de alguns, bem como a situação de genocídio que se vive na Palestina, é urgente que afirmemos que a Constituição é para cumprir! Os órgãos de soberania, em particular os que têm competência na área da Justiça, têm de actuar. Por tudo isto, concordo com os objectivos e associo-me à Marcha proposta pelo PCP 'Cumprir a Constituição!'.*"

Ricardo Avelãs Nunes, advogado

Com a Marcha, o PCP exige o cumprimento da Constituição e dos direitos nela inscritos

"*Para cumprir os direitos das crianças a uma infância feliz, é fundamental responder à falta de vagas nas creches, a partir de uma rede pública, gratuita e de qualidade, que dê tranquilidade aos pais e permita o desenvolvimento pleno das crianças. É preciso cumprir a CRP! Todos à Marcha.*"

Jéssica Pereira, investigadora

"*Dia 26 de Junho, junta-te à Marcha em defesa da Escola Pública, Democrática, de Qualidade e para Todos! Conquista de Abril, é garante de cidadania crítica, justiça social e solidariedade. Defendê-la é honrar a Constituição. Não faltes!*"

Anabela Sotaia, professora

"*Vou à marcha porque é urgente defender o Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, a única garantia de acesso a cuidados de saúde e prevenção da doença do povo português. Vou porque defender os profissionais é defender o SNS.*"

João Miranda, médico

"*Um povo que não garante a soberania alimentar, apenas sobrevive! Cumpra-se Abril, para que as sementes do futuro tragam vida e esperança aos campos de Portugal. A Marcha de 26 de Junho também é pela produção nacional.*"

Carlos Alves, agricultor

"*Saio à rua, no dia 26, pois acredito que a verdadeira comunhão dos estudantes da Beira Interior com a região se concretiza através da fixação dos mesmos. Mais salários, por um interior com futuro!*"

Fabiano Faria, estudante do Ensino Superior

"*Tenho formação académica, trabalho 'no duro', mas ganho cada vez menos e a minha carreira não avança. A igualdade não pode ficar só no papel. Vivemos sobrecarregadas. As desigualdades e discriminações que enfrentamos resultam de baixos salários e pensões. E é por isso que marchamos no dia 26: pela igualdade e por direitos!*"

Tânia Mateus, dirigente do movimento das mulheres

"*Sou estudante do ensino secundário e no dia 26 vou à marcha porque vejo todos os dias o que falta na minha escola: professores, psicólogos, condições materiais. Lutar por melhores salários, lutar para cumprir a Constituição é lutar por uma escola pública gratuita, democrática e de qualidade e por um futuro melhor!*"

Maria Gaspar, estudante do Ensino Secundário

"*Salários e pensões baixas são o substrato da dependência que aprisiona mulheres à violência. Aumentar rendimentos não é apenas justiça social — é quebrar correntes. Sem autonomia económica, não há saída, e sem saída, o combate à violência doméstica é só retórica. Também por medidas concretas nesta área, Vamos à Marcha.*"

Sandra Benfica, dirigente do movimento das mulheres

"*No 26 de Junho estarei presente, pelo direito à Cultura de todos os cidadãos, pelas condições de vida e de trabalho daqueles que fazem da Cultura o seu ofício e por todas as pessoas que acreditam que uma sociedade justa se constrói com base em condições dignas de vida e de trabalho e na liberdade de expressão, de criação e de fruição cultural.*"

Edite Queiroz, activista em defesa da Cultura

"*Dia 26 de Março voltamos à rua em luta pela regulação do trabalho por turnos, pela imposição de limites à instabilidade de horários e contra a crescente exploração dos trabalhadores em detrimento do seu descanso e da sua vida familiar. Porque quero horários regulados. Porque quero poder organizar a minha vida. Porque quero que o meu trabalho seja respeitado – e que o meu tempo deixe de ser tratado como descartável.*"

Helena David, trabalhadora do sector da aviação

Avante!

Garantir a soberania alimentar e preços justos à produção

A qualidade da produção nacional, o esforço dos agricultores e a capacidade do País em produzir mais alimentos foram temas centrais na visita de Paulo Raimundo à Feira Nacional de Agricultura, no dia 10, em Santarém.

O Secretário-Geral do PCP esteve em Santarém, para uma visita à Feira Nacional da Agricultura. Na visita, que coincidiu com o Dia de Portugal, o dirigente sublinhou, uma vez mais, a atenção que o PCP, desde sempre, deu ao sector agrícola, à defesa dos pequenos e médios agricultores e à segurança e soberania alimentar.

«Esta Feira é um bom exemplo da realidade do País, das suas potencialidade, nomeadamente no que diz respeito ao sector agrícola, incluindo as dificuldades que este atravessa», salientou Paulo Raimundo em declarações à comunicação social. «Com uma vontade extraordinária de trabalhar, produzir mais alimentos que é disso que o País precisa. São aspectos fundamentais da vida e do dia-a-dia do País», acrescentou.

«Neste caso e neste sector em particular, existem aspectos que temos para resolver, do vinho, do leite e da pressão injustificada e profundamente injusta da União Europeia na nossa própria agricultura e sobre o nosso caminho», criticou ainda.

«Se tivermos em conta tudo isso, neste Dia de Portugal, era bom que se afirmasse as capacidades que o País tem para produzir mais», concluiu sem deixar de mencionar a importância de aspectos como a segurança e soberania alimentar e o carácter público do «recurso único» que é a água.

O País pode e tem condições para produzir mais

A delegação comunista, que contou também com a presença de Vasco Cardoso, da Comissão Política, Diogo d'Ávila, do Comité Central, e de candidatos autárquicos da CDU, designadamente Rui Raposo, candidato à Câmara Municipal de Santarém, contactou diversos agricultores, empresas e estruturas como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ou a CONFAGRI, ouvindo as suas preocupações e propostas.



LUSA

A delegação do PCP contactou com agricultores, empresas e outras estruturas, como a CNA e a CONFAGRI

V Centenário de Camões na Feira do Livro de Lisboa

No dia 10, realizou-se na 95.ª Feira do Livro de Lisboa, a sessão «V Centenário do Nascimento de Luís de Camões», promovida pelas Edições Avante!. Uma iniciativa que contou com a presença de Rui Mota, editor das Edições Avante!, e com Bárbara Carvalho, do grupo de trabalho do PCP para as comemorações dos 500 anos do nascimento do poeta.

Bárbara Carvalho destacou as actividades que o PCP está a dinamizar no contexto das comemorações, que decorrem sob o lema «Camões - Poeta do Povo num Mundo em Mudança», nomeadamente a exposição que se encontra a circular pelo país; os debates que têm vindo a ser feitos em várias cidades; a sessão cultural em torno de Camões que se realizará em Coimbra, em Novembro deste ano; e o colóquio que terá lugar no dia 29 de Novembro, no auditório da Escola Secundária de Camões, em Lisboa.

Rui Mota debruçou-se sobre as reedições da antologia de Os Lusíadas, de António Borges Coelho (Edições Avante!) e de Camões e a Sociedade do seu Tempo, de Armando Castro (Página a Página), bem como a edição do número 211 da revista Vértice, dedicado a Camões.

CAMARADAS FALECIDOS

Augusto Moura

Natural de Montalegre, faleceu, aos 83 anos, o camarada Augusto da Silva Moura. Profissional de seguros e membro do Partido desde 1974, fez parte da célula da Ageas e estava organizado na célula dos reformados da Organização Regional de Lisboa do PCP.

★

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do Avante! Manifesta sentidas condolências.

PCP e PEV partilham «confiança» sobre batalha autárquica

Paulo Raimundo valorizou a «grande sintonia» entre o PCP e o PEV após uma reunião entre os dois partidos que se realizou, no dia 11, em Lisboa. No encontro procedeu-se ao balanço das últimas eleições e à análise do novo quadro político, marcado pelo avanço da direita e pela intensificação da sua política.

«Podemos dizer que há uma grande sintonia face aos desafios que agora se colocam num quadro exigente, em que a direita ganha músculo e fica com campo mais aberto para continuar a sua política anti-popular», salientou. O Secretário-Geral comunista, que prestava declarações à imprensa no final do encontro, referia-se aos ataques anunciados à Segurança Social, aos direitos laborais, ao SNS e à lista de privatizações que está em vista. «Podemos dizer que neste quadro mais exigente, cá estamos unidos neste combate à política de direita», afirmou.

De acordo com Paulo Raimundo, esta sintonia sente-se igualmente na «procura das soluções que se impõem na vida das pessoas» e nas próximas eleições autárquicas, plano em que a CDU – que junta o PCP, o PEV e a ID – tem «provas dadas».

Salientando o contributo do PEV, partido com um «número muito significativo de eleitos, com muito trabalho realizado», o dirigente destacou também o papel de muitos independentes e pessoas de outros partidos que, nas autarquias, sabem que é na «CDU que está o seu projecto e o seu programa de acção para viver melhor nas suas terras».

«É com esta confiança que vamos para a batalha das autárquicas. Com 19 municípios em que queremos renovar a nossa gestão e com tantos outros no horizonte, com razões acrescidas, para tentar disputar», acrescentou ainda.

Com Paulo Raimundo, na delegação do PCP, estiveram Jorge cordeiro, dos organismos executivos do Partido, e Paula Santos, da Comissão Política e presidente do grupo parlamentar comunista.



A reunião realizou-se na sede do Partido Ecologista «Os Verdes», em Lisboa

LUSA



> *Centralizar, fundir, extinguir são os objectivos da dita "reforma do Estado"*



Paula Santos
Membro da Comissão Política

Reformar o Estado?
Ou será atacar os direitos do povo?

Sob a capa da modernização e da digitalização da Administração Pública, PSD e CDS retomam a velha ambição da direita de conformar o Estado em função dos interesses do grande capital.

Tencionam dar novos passos nesse sentido com a criação de um ministério com a designação de "reforma do Estado". O primeiro-ministro anunciou "guerra à burocracia", misturando tudo para gerar a confusão e procurar ganhar alguma simpatia. Não haja ilusões: por detrás desta expressão, a intenção não é melhorar os serviços públicos para as populações, mas tão somente facilitar e eliminar a decisão pelas entidades públicas, só para beneficiar os intentos dos grupos económicos.

Uma das medidas que consta do Programa do Governo é, e passa-se a citar, «Desburocratizar e acelerar os regimes de licenciamento, de autorização e da contratação pública, eliminando o excesso de pronúncias prévias (incluindo pareceres, vinculativos ou não), privilegiando a fiscalização *a posteriori*, adotando sempre que possível o deferimento tácito, e penalizando indeferimentos injustificados». É com total descaramento que assumem que a preferência são os deferimentos tácitos, sem aguardar a respectiva apreciação e decisão pelas entidades públicas. Para favorecer quem? Está-se mesmo a ver que são medidas a pedido e ao jeito dos grupos económicos, de fundos imobiliários...

Centralizar, fundir, extinguir: são estes os objectivos que estão por detrás da dita "reforma do Estado". Reduzir e concentrar serviços e estruturas da Administração Pública, sempre em nome da escala e da eficiência, teve como consequência a perda de capacidade do Estado. Foi assim com o PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado), no governo PS de Sócrates, e com o PREMAC (Plano de Redução e Melhoria da Administração Central), no governo PSD/CDS de Passos Coelho. Com a fusão, concentração e extinção de estruturas da Administração Pública ao longo dos anos, hoje o Estado não tem os meios e os recursos para planear, executar, fiscalizar e responder atempadamente às diversas solicitações. O encerramento de diversos serviços públicos pelo País deixou populações abandonadas.

Prosseguem a intenção de transformar os direitos consagrados na Constituição em negócios altamente lucrativos para os grupos privados. São as parcerias público-privadas na saúde, já anunciadas, que agora abrangem também centros de saúde, são as USF Modelo C, são as múltiplas contratualizações e convenções para transferir a prestação de cuidados e os recursos financeiros do SNS para os grupos económicos. Na educação é a contratualização com o sector privado para a educação pré-escolar ou o alargamento dos contratos de associação, tudo para transferir recursos financeiros para a escola privada. A habitação foi deixada nas mãos do dito mercado e tornada numa mercadoria muito apetecível para a especulação. Preparam-se para o assalto à Segurança Social, para que as seguradoras e os fundos de pensões ponham as mãos no dinheiro dos trabalhadores, como há muito ambicionam.

Está em curso um plano de privatizações do que falta de empresas e sectores estratégicos, com a TAP à cabeça. O povo e o País têm sentido as consequências da liberalização e da privatização de empresas estratégicas na degradação do serviço prestado e no aumento de preços. Veja-se os atrasos na correspondência nos CTT, os elevados custos na eletricidade e no gás.

A transferência de competências para as autarquias, que o Governo pretende aprofundar, constitui mais uma peça na estratégia de reconfiguração do Estado. O Governo desresponsabiliza-se de assegurar a universalidade de direitos constitucionais, um processo que na prática, mais não é do que a transferência de encargos para as autarquias. E quanto à regionalização, desígnio constitucional que continua por concretizar, fundamental para o desenvolvimento regional, está ausente.

É a lógica do Estado mínimo, regulador e supervisor, e, claro, financiador, para assegurar que os recursos financeiros do povo e do País são canalizados para alimentar os lucros dos grupos económicos, já como constava de um documento escrito por Paulo Portas que ficou conhecido como o guião para a reforma do Estado.

A "reforma do Estado" é, assim, um eufemismo para esconder aquilo que verdadeiramente pretendem, atacar a Administração Pública e os direitos consagrados na Constituição. Não querem um Estado para responder as necessidades das populações, o que verdadeiramente pretendem é reconfigurar o Estado em função dos interesses dos mesmos de sempre, dos grupos económicos e financeiros.

Uma coisa é certa: terão a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo, em defesa dos serviços públicos, pelo cumprimento da Constituição e a aplicação dos direitos que esta consagra.

Ciência na Festa do Avante!: questionar, experimentar e agir!

O Espaço Ciência, mais uma vez situado junto ao Lago, voltará a surpreender os visitantes que nos dias 5, 6 e 7 de Setembro passem pela Quinta da Atalaia. O lema é, este ano, «Questionar, experimentar e agir!».





Da programação da Festa do Avante! faz parte, todos os anos, o Espaço Ciência, onde todos podem conhecer – e experimentar

Em cada edição da Festa procura-se as formas mais rigorosas – no plano técnico e científico – e, simultaneamente, acessíveis na divulgação da Ciência junto dos vários públicos que a visitam. Sendo esta uma Festa para todos, e tendo em conta o elevado número de crianças e jovens que todos os anos marcam presença, a exposição deste é-lhes especialmente dedicada.

Crianças, adolescentes e jovens são o principal destinatário do Espaço Ciência deste ano

O tema e lema são "Ciência – questionar, experimentar e agir!", deixando evidente os objectivos inerentes não só ao Espaço como ao próprio processo de conhecimento e da função social da Ciência: **questionar** está na génese de qualquer procura de conhecimento a partir do qual é possível encontrar soluções para as dúvidas que temos; **experimentar** é o passo essencial para evoluir da dúvida ou do problema para a busca da resposta ou solução; **agir** remete para o acto de participar e de intervir de forma individual e colectiva para transformar.

Ao longo das várias edições de Ciência na Festa do Avante!, houve oportunidade de abordar outros tantos temas, sendo uns mais complexos que outros. Este ano avança-se numa espécie de "regresso às origens", com a exposição a procurar responder a muitas solicitações e propostas dos visitantes ao longo dos anos. Das muitas sugestões que chegaram, escolheu-se a "Ciência experimental e aplicada". Por um lado, procura-se ir ao encontro daqueles que precisam de saber e conhecer o que é Ciência no dia-a-dia, na casa, na escola, no trabalho, no espaço público, na vida. Por outro lado, tenta-se responder a quem questiona qual a função social da Ciência, onde se deve procurar, em que acreditar, como e quando deve começar a nossa relação com a ciência.

Por fim, tenta-se que cada observação ou experiência prática, e praticada no espaço Ciência da Festa do Avante!, seja um marco positivo na memória de cada visitante adulto, jovem ou criança enquanto passo para o conhecimento, a compreensão e a acção.

Muito para conhecer e descobrir

A experiência de colaboração da Festa do Avante!, e do colectivo que todos os anos assegura o Espaço Ciência, com entidades e instituições públicas, privadas ou sociais é extensa e muito profícua. Este ano serão novamente várias as instituições presentes, que partilharão com os visitantes os seus conhecimentos: haverá observações e experiências de Física, Química, Biologia, Geologia, Astronomia, Robótica, Matemática, Electrónica, apoiadas por instrumentos tecnológicos como telescópios, lupas binoculares, microscópios ópticos compostos, mas também as pequenas placas de Petri, pipetas, provetas, balanças, tubos de ensaio, amperímetros ou voltímetros.

No campo das Artes e Letras, sendo já habituais nas exposições de Ciência, haverá várias abordagens como a Literatura, Poesia, Desenho, Pintura, Música, entre outras. A imaginação dos visitantes será desafiada por um conjunto de "Curiosidades" que os deixarão a pensar e a procurar a razão de... "nunca ter pensado nisso"

No campo das Ciências Sociais serão realizadas sessões espontâneas sob o lema "Pensamento humano e conversas à volta da Ciência", onde os visitantes e os membros do Grupo de Trabalho da Ciência desafiarão a Inteligência Artificial.

No plano dos debates, como questão central da exposição, haverá duas incursões nas áreas da Ciência no ensino público e nas autarquias. Quer num quer noutro, teremos especialistas e pessoas experimentadas que farão a análise da situação actual, tendências, e apresentarão propostas que contarão com a reflexão e opinião dos visitantes.

Estas são algumas das actividades que o espaço Ciência da Festa do Avante! terá para oferecer a quem, este ano, visite a Festa.



O robot visita a Festa: com o contributo da Robótica Educativa, os visitantes poderão programar pequenos Robots que "irão visitar" a Festa!



A ver... Estrelas! Vamos observar os planetas do 1.º e 7.º céus; a Galáxia cata-vento; a Nebulosa da Lira; o Enxame de Hércules e ainda, "ouvir a Pintura celestial" de Luís de Camões!



Há vida para além do que os nossos olhos conseguem ver! Com esta actividade oferece-se ao visitante a possibilidade de observar numa gota de água "parada" alguns protozoários – organismos unicelulares que pertencem ao Reino Protista.

Venda de Novo Banco é assalto ao povo português

A anunciada venda do Novo Banco a um grupo francês da banca de investimento é o culminar de um processo que representa um «inaceitável assalto aos recursos do povo português», acusou o PCP no dia 13, data em que foi feito anúncio. Este assalto «pode e dever ser travado» e, para isso, o Partido avançará, na Assembleia da República, com uma iniciativa que o impeça e recupere o controlo público do banco, «colocando-o ao serviço do povo e do País».

Para o PCP, este «assalto», comprova a justeza das críticas que o Partido fez a todo o processo de resolução do banco e da sua entrega à Lone Star. Através da distribuição de dividendos, o fundo norte-americano assegurou a recuperação integral dos mil milhões de euros que injectou no capital do banco. Agora, decidindo a sua venda por 6,4 milhões de euros, obterá um resultado de 4,8 milhões de euros sem qualquer investimento próprio. A isto acresce a injecção de mais de 8 mil milhões de euros pelo Estado português no Novo Banco. «O povo português pagou, um fundo dos EUA lucrou e um grupo económico francês ficou com ele», lê-se no comunicado emitido pelo gabinete de imprensa comunista.

O PCP relembra ainda que as opções do governo PSD/CDS nos tempos da troika, «apesar das mentiras de então», foram no sentido de salvaguardar os interesses dos grandes accionistas do BES/GES. Já os seguintes governos PS, «abdicaram do interesse nacional» e «decidiram a venda e o acordo de capital contingente que permitiu a venda ao desbarato dos activos».

Quanto ao actual Governo PSD/CDS, este limitou-se a «observar a entrega do Novo Banco a um grupo estrangeiro, abandonando a sua recuperação pelo Estado», apesar dos 25 por cento de capital que nele detém.

Prossegue e alarga-se a mobilização pela Palestina

O fim do genocídio e da ocupação, o cessar-fogo imediato e a entrada sem restrições da ajuda humanitária na Faixa de Gaza são as reivindicações centrais das acções que por estes dias se realizam em vários pontos do País, a que se soma uma outra, dirigida às autoridades portuguesas: o reconhecimento imediato do Estado da Palestina.

No dia 13 à noite, cerca de 1500 pessoas concentraram-se, em vigília, na Praça Humberto Delgado, no **Porto** – naquela que muitos consideraram a maior acção de solidariedade com a Palestina a que a cidade assistiu nos últimos anos.

Para além da reafirmação das exigências que uma vez mais uniram o CPPC, a CGTP-IN, o MPPM e o Projecto Ruído – Associação Juvenil, criticou-se com veemência a posição dúbia e cúmplice do Governo português e das instituições da União Europeia em relação à chacina em curso na Faixa de Gaza. Contestado foi, igualmente, o apoio militar, logístico e político dos EUA ao regime criminoso, colonialista e de apartheid de Israel.

A projecção da bandeira da Palestina – vermelha, verde, negra e branca – na fachada da Câmara Municipal do Porto, as velas acesas formando a palavra "Palestina, a música e a poesia acrescentaram emotividade ao evento, que se estendeu por mais de duas horas e meia: a palestiniana Rita Alsalaq, a actriz Sara Barros Leitão e a poetisa e editora Iolanda Oliveira leram poemas; Luís Pimenta, Rui David, Nuno Melo e as Sopa de Pedra (no seu inigualável canto *a capella*) asseguraram os momentos musicais.

Exige-se o reconhecimento imediato do Estado da Palestina pelo Governo português

As intervenções, essas, ficaram a cargo dos representantes de várias organizações, das promotoras a outras, que entretanto se associaram: pela CGTP-IN, o Secretário-Geral Tiago Oliveira e o coordenador da União dos Sindicatos do Porto, Filipe Pereira; pelo CPPC, João Rouxinol; pelo MPPM, José António Gomes; pelo Projecto Ruído, Joana Machado; e ainda Bruno Costa, do Colectivo pela Libertação da Palestina, Mohamed Shah Alam, da Comunidade Bengali, e Ana Magalhães, da associação Parents for Peace (Pais pela paz). A vigília terminou com "Grândola Vila Morena", cantada pelos presentes.

No mesmo dia, mas em **Viana do Castelo**, realizou-se um cordão humano na Ponte Eiffel, com largas dezenas de pessoas empunhando bandeiras da Palestina e entoando palavras de ordem contra o genocídio, pelo cessar-fogo, pelo reconhecimento do Estado da Palestina pelo Governo português. No fim-de-semana, em **Coimbra**, foram colocadas faixas em vários locais, em solidariedade com as crianças da Palestina.

Lisboa e Setúbal

Para ontem, já depois do fecho da nossa edição, estava marcada uma manifestação em Lisboa, entre o Largo Camões e a Assembleia da República, onde a essa hora decorreria a discussão do Programa do Governo. «Reconhecimento do Estado da Palestina já!» era, aliás, uma das principais exigências – esta a dirigir ao Governo português –, a par do fim do genocídio. Também para ontem estavam previstos um buzinão na **ponte 25 de Abril** e um acto público em **Setúbal**. A estas acções regressaremos na próxima edição.


Porto


Viana do Castelo

No dia 1 de Julho, às 17h00, há um cordão humano em **Coimbra**, a partir do Largo da Portagem.

MURPI envia carta aberta à AR e realiza 28.º Piquenicão em Grândola

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos – MURPI enviou à Assembleia da República (AR) uma carta aberta onde alerta para a necessidade de um aumento intercalar das reformas e pensões que garanta, ainda em 2025, um aumento de cinco por cento para todas, num mínimo de 70 euros.

O MURPI diz ainda que, «se nada for feito para defender e fortalecer o Serviço Nacional de Saúde (SNS), haverá um retrocesso inaceitável na promoção da saúde e na prevenção da doença». «Só o SNS é o garante de igualdade de acesso, independentemente dos rendimentos de cada um, ou região onde vivam», garante a Confederação.



Outra preocupação passa pela «carência gritante da rede de equipamentos e de lares com que os idosos e as suas famílias se defrontam. «São precisas mais vagas e mais qualidade das respostas, medidas não apenas pela prestação de cuidados básicos, ainda que absolutamente fundamentais, mas, igualmente, com o reforço de trabalhadores, com competências diversificadas e devidamente valorizados, para darem satisfação às necessidades específicas de cada utente», defende o MURPI, recordando aos deputados a existência de uma petição, com mais de 10 mil assinaturas, sobre a temática, que aguarda agendamento para discussão.

Na carta aberta defende-se também o sistema público da Segurança Social, «uma conquista de Abril, consagrada na Constituição da República Portuguesa, pela qual muitos de nós lutaram»

Prosseguindo a sua acção, o MURPI anuncia que no próximo domingo vai realizar em Grândola o seu 28.º Piquenicão Nacional.

«Os Verdes» contra gestão privada dos trilhos da Madeira

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) manifestou a sua total oposição à intenção do Governo Regional da Madeira, tormada pública pelo Secretário Regional do Turismo, Ambiente e Cultura, de entregar a gestão dos trilhos da ilha a entidades privadas.

«Esta privatização não visa garantir a protecção ambiental nem a segurança dos mesmos, mas sim criar mais uma área de negociata para amigos», constata o PEV, salientando que o «grande problema dos trilhos advém, actualmente, sobretudo da grande pressão turística existente que decorre do próprio modelo de turismo intensivo promovido e incentivado pelo Governo Regional sem que sejam criadas as infra-estruturas de qualidade para lhe dar resposta, nem reforçados os meios humanos e técnicos do IFCN para poderem garantir uma maior e mais abrangente presença no terreno e uma intervenção mais pronta e eficaz».

Moçambique comemora 50 ano

O povo moçambicano festeja meio século da conquista da independência nacional: foi a 25 de Junho de 1975, no estádio da Machava, na então Lourenço Marques, que o presidente da FRELIMO, Samora Machel, proclamou o nascimento da República Popular de Moçambique e se tornou no primeiro Presidente do novo Estado africano.

Como outros povos que foram submetidos ao domínio estrangeiro, o povo moçambicano resistiu e lutou, ao longo de séculos, contra a pilhagem das suas riquezas, o roubo das suas terras, o tráfico esclavagista, a ocupação colonial, o trabalho forçado, a brutalidade da repressão, o desprezo da sua cultura, a exploração, a humilhação imposta todos os dias.

Após a II Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e o crescente prestígio da URSS e de outros países socialistas, com as vitórias das lutas dos povos na Ásia (China, Índia, Indonésia, Vietname) e na América Latina (Cuba), também em África se consolidaram os ideais de liberdade dos povos subjugados pela dominação colonialista e imperialista. A resistência popular organizou-se melhor e emergiram por todo o continente movimentos de libertação nacional a lutar, alguns de armas nas mãos, pela independência dos seus países.

No caso das então colónias africanas sob domínio colonial do fascismo português, os patriotas da Guiné--Bissau e de Cabo Verde fundaram o Partido Africano da Independência (PAI, mais tarde PAIGC) em 1956 e, no mesmo ano, os patriotas angolanos criaram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). No início da década de 60, surgiu o Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP, mais tarde MLSTP).

Em Moçambique, em 1962, três agrupamentos de patriotas – a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) – fundem-se e formam a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que pouco depois elegeu, em congresso, Eduardo Mondlane como seu presidente.

Figura destacada do patriotismo moçambicano, Marcelino dos Santos – companheiro de estudos e lutas de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Noémia de Sousa, Alda Espírito Santo e outros patriotas e revolucionários africanos que viveram em Portugal, nos anos 40 e 50 – já tinha participado, como representante da UDENAMO, na criação, em Abril de 1961, em Casablanca (Marrocos), da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Tratava-se de uma plataforma de unidade e coordenação das lutas de libertação em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique, a qual só foi extinta, cumprida com êxito a sua missão, após a independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975.

Com a recusa da ditadura fascista e colonialista em aceitar as repetidas propostas do PAIGC, MPLA e FRELIMO para a resolução pela via pacífica, negociada, da questão da independência das então colónias portuguesas, os movimentos de libertação nacional não tiveram outra alternativa que não fosse a da luta armada. Luta desencadeada em Angola em 4 de Fevereiro de 1961, na Guiné-Bissau em 23 de Janeiro de 1963 e em Moçambique em 25 de Setembro de 1964.

No acto de proclamação da independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, Samora Machel lembrou o anúncio do desencadeamento da «insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo português e o imperialismo», quase 11 anos antes: «Moçambicanas e moçambicanos, operários e camponeses, trabalhadores das plantações, das serrações e das concessões, trabalhadores das minas, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens, mulheres e jovens, patriotas! Em vosso nome, a FRELIMO proclama hoje solenemente a insurreição geral armada do povo moçambicano contra o colonialismo português, para a conquista da independência total e completa de Moçambique. O nosso combate não cessará senão com a liquidação total e completa do colonialismo português».

Assim aconteceu, apesar dos massacres perpetrados pelos colonialistas, da barbárie da repressão, das grandes operações militares, do apoio dos países da NATO e dos regimes racistas da África Austral – África do Sul e Rodésia – à ditadura fascista em Portugal, do assassinato de dirigentes como Eduardo Mondlane, em 1969, em Dar-es-Salam, e Amílcar Cabral, em 1973, em Conakry.

A luta armada de libertação em Moçambique, conduzida pela FRELIMO, assim como as lutas na Guiné-Bissau, encabeçada pelo PAIGC, e em Angola, dirigida pelo MPLA, contribuíram para o eclodir da Revolução de Abril em Portugal e o derrubamento da ditadura fascista colonialista, tendo sido um factor de aceleração da História.

Apesar de derrotados, os colonialistas e algumas forças políticas portuguesas procuraram impedir o reconhecimento por Portugal da independência da República da Guiné-Bissau, proclamada ainda durante a luta armada de libertação nacional, em Setembro de 1973. Quiseram, em conluio com figuras como o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, apoiado pelos Estados Unidos da América, sabotar o processo de independência de Cabo Verde liderado pelo PAIGC e o de Angola dirigido pelo MPLA. Em Moçambique, essas mesmas forças tentaram promover a formação de «partidos» fantoches para minar o avanço e a conclusão do processo de independência encabeçado pela FRELIMO.

Em vão: a 7 de Setembro de 1974, em Lusaka, no seguimento de conversações entre a FRELIMO e o Movimento das Forças Armadas, foi assinado com Portugal um acordo sobre a independência de Moçambique. Apesar de todas as manobras dos reaccionários – desde a ocupação do Rádio Clube de Moçambique, a perseguição a democratas, os crimes contra a população –, a 20 de Setembro tomou posse o Governo de Transição, presidido por Joaquim



Chissano e constituído por representantes de Portugal e da FRELIMO, tal como previsto nos acordos estabelecidos na capital zambiana.

Entretanto, a FRELIMO aprovou a Constituição do país e designou Samora Machel para Presidente da República. A 25 de Junho de 1975, foi proclamada a República Popular de Moçambique.

A maior revolução do povo moçambicano

A conquista da independência nacional, há 50 anos, em 1975, com todos os sacrifícios consentidos, foi a maior revolução da história do

os de independência

Carlos Lopes Pereira





povo moçambicano. Sob a direcção da FRELIMO, nesses tempos de esperança, depois de derrubada para sempre a dominação colonialista, o povo empenhou-se com entusiasmo na reconstrução do país, na superação do enorme legado do colonialismo, no combate à fome, à pobreza, à doença, ao analfabetismo, ao lançamento das bases de um desenvolvimento económico e social que a todos beneficiasse.

O imperialismo, contudo, não permitiu a concretização desses propósitos. Logo em 1976, foi criada uma organização, a RENAMO, apoiada primeiro pela Rodésia racista, e mais tarde pela África do Sul do apartheid, que lançou Moçambique numa terrível guerra que duraria 16 anos, até 1992, provocando a morte de milhares de pessoas, o deslocamento de populações e uma enorme devastação do país que tinha saído pouco antes de 11 anos de guerra colonial (1964-1975).

Em 1986, Samora Machel morre num desastre de aviação, muito provavelmente provocado pelos racistas sul-africanos. Após o estabelecimento da paz, em 1994, Moçambique retomou o desafio dos caminhos do desenvolvimento.

Ao longo deste meio século, a República de Moçambique procurou reforçar a unidade nacional, estabelecer relações de amizade e cooperação com outros países, trabalhar pela paz, ao mesmo tempo que alcançou avanços no desenvolvimento económico e social. Construíram-se hospitais, escolas, universidades. Promoveu-se a cultura nacional, o desporto. Fizeram-se estradas, pontes, barragens, aeroportos, portos e outras infra-estruturas. O país avançou muito, apesar da pesada herança colonial, das múltiplas e constantes ingerências externas e guerras impostas pelo imperialismo, das catástrofes naturais, de erros próprios, da promoção de grupos terroristas na província de Cabo Delgado, onde apesar das dificuldades recentes se prevê para breve a concretização de projectos económicos importantes, como o da exploração do gás natural.

Hoje, ao mesmo tempo que festejam os primeiros 50 anos da sua independência, os moçambicanos continuam a luta por um desenvolvimento económico e social para todos, por mais justiça social e equidade, por um futuro melhor para as actuais e para as novas gerações, pela consolidação da paz e o reforço da soberania nacional.

A 25 de Junho de 1975, o presidente da FRELIMO, Samora Machel, proclamou a criação da República Popular de Moçambique

Homenagem a Alcindo Monteiro e protesto contra o racismo e a xenofobia

No Dia de Portugal, largas centenas de pessoas recordaram e homenagearam, em Lisboa, as vítimas do racismo, nomeadamente Alcindo Monteiro, assassinado há 30 anos, nesse mesmo dia, por um grupo de nazi-fascistas, na Rua Garrett, onde teve início uma manifestação.



Na manifestação, mais de meio milhar de pessoas exigiram o fim da violência racial e de todas as formas de discriminação, mas também do genocídio na Palestina

O desfile – que terminou no Largo do Carmo – foi promovido pela Frente Anti-Racista (FAR), e teve como rampa de lançamento um apelo de apoio a esta acção, que teve como primeiros subscritores a Associação Desportiva Recreativa «O Relâmpago», o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), o movimento Vida Justa e a União dos Sindicatos de Lisboa/CGTP-IN, tendo sido subscrito por mais de 60 associações, organizações e movimentos. Entre os presentes esteve António Filipe, membro do Comité Central do PCP.

Neste apelo, os subscritores denunciam a «narrativa populista que se alimenta do medo, do descontentamento e do desalento provocado pelas políticas de direita e que são a causa maior dos verdadeiros problemas que afectam o nosso País – baixos salários, pensões e reformas, a falta de habitação, as desigualdades sociais e a degradação dos serviços públicos, em particular da saúde e da educação», exigem o cumprimento dos seus direitos e reafirmam que «todas as pessoas devem ter o direito a uma vida digna», impondo-se «cumprir os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa (CRP) e os valores e direitos conquistados com o 25 de Abril».

Agressão choca o País

No mesmo dia, 10, uma organização racista e fascista, expressamente proibida pela Constituição da República Portuguesa, levou a cabo uma acção de intimidação e provocação contra actores do Grupo de Teatro «A Barraca», tendo agredido violentamente o actor Adérito Lopes, que necessitou de tratamento hospitalar. O ataque levou ao cancelamento do espectáculo.

No dia 12 de Junho, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de voto de condenação, instando as autoridades policiais e judiciárias à «rápida identificação e exemplar responsabilização dos autores desta acção criminosa» e apelando às instâncias judiciais para que «assumam a responsabilidade que lhes cabe no cumprimento do artigo 46.º da Constituição, que consagra a proibição de organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista».

Também os eleitos do PCP na Câmara e na Assembleia Municipal de Lisboa manifestaram aos actores agredidos, à Companhia e aos restantes trabalhadores do grupo teatral toda a sua solidariedade. «Não pode haver espaço para isto na cidade, nem no País, e este crime não pode ficar impune», afirmaram os comunistas.

O Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) considerou o sucedido «um acto atentatório das liberdades, mas também da arte e da cultura», classificando-o como «uma tentativa de silenciar a democracia».

Dia de luta contra as ideias e práticas racistas e xenófobas

A Associação Portuguesa dos Juristas Democratas (APJD) foi outra das entidades que se pronunciou sobre o ocorrido, denunciando o «bárbaro acto de agressão». «Portugal vive num tempo em que qualquer conivência, silêncio ou cobardia face aos ataques da extrema-direita será paga com ameaças sérias aos direitos constitucionais mais caros ao povo português», alertou a associação.

A União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) informou que os agressores neonazis, em número de cerca de 30, pertencem a um grupo mais alargado intitulado «Portugueses Primeiro», liderado por João Martins, condenado a 17 anos de prisão pelo homicídio do cidadão Alcindo Monteiro no Bairro Alto, há exactamente 30 anos.

Porto

No passado dia 11, três voluntárias do Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA) foram agredidas no Porto, o que levou a CDU a apresentar um voto de repúdio na reunião da Câmara do Porto. Vai também «instar o Governo, designadamente o Ministério da Administração Interna, que tutela a Polícia de Segurança Pública, a tomar as medidas adequadas no sentido de impedir a repetição de actos de ódio como este».

«Não queremos viver num país do medo»

Sob o lema «Não queremos viver num país do medo», no domingo, milhares de pessoas concentraram-se em frente ao Teatro Cinearte, sede da companhia teatral A Barraca, em Lisboa, em solidariedade com o actor Adérito Lopes, agredido por um grupo ligado à extrema-direita, e contra o racismo e a violência.

Na iniciativa, Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, alertou que o artigo 46.º da Constituição proíbe expressamente a existência de organizações fascistas ou neonazis. «As autoridades têm de agir. Parece que têm feito alguma coisa, mas claramente não é suficiente», lamentou, frisando que «o inimigo não é o vosso vizinho imigrante ou trabalhador, mas sim quem concentra riqueza à custa do trabalho de todos».

A acção foi organizada por diversas estruturas da sociedade civil, colectivos artísticos e associações, com iniciativas semelhantes a decorrer em Coimbra, Porto, Faro e Funchal.



Na concentração junto à sede da companhia teatral A Barraca, onde se gritou bem alto «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais» participou também o Secretário-Geral do PCP

Só com melhor Estatuto se atrai mais professores

A FENPROF quer reunir com o Governo e os grupos parlamentares para debater um «conjunto vasto de problemas que são sérios, que afectam a Educação e a Ciência e que devem ser resolvidos urgentemente».

Numa conferência de imprensa realizada no dia 9, após o Congresso Nacional de Professores, a instalação da Assembleia da República e a entrada em funções do novo Governo, a federação sindical apresentou as questões principais que deseja ver solucionadas: a falta de milhares de professores nas escolas, os problemas estruturais no Ensino Superior e na Ciência, as insuficiências e discriminações que permanecem sem respostas para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias. Nas reuniões, a FENPROF apresentará os documentos aprovados no 15.º Congresso Nacional dos Professores, realizado em 16 e 17 de Maio.

A falta de professores agravou-se no ano lectivo que agora termina

Em foco estará também a sua proposta global para revisão do Estatuto da Carreira Docente, que esteve em foco num comunicado da federação, emitido no dia 6, no qual denuncia a «grande falta de professores, que tem vindo a agravar-se e compromete seriamente o funcionamento das escolas e o direito de milhares de alunos ao sucesso educativo». Segundo apurou, o número de alunos sem todos os professores aumentou quando comparado com o ano lectivo anterior. Nem mesmo o recurso a horas extraordinárias e à contratação de pessoas sem habilitação, acrescenta a FENPROF, evitou que a situação se degradasse ao longo do ano lectivo.

Para 2025 estão previstas mais quatro mil aposentações, enquanto o número de novos professores poderá não ultrapassar um quarto desse total.

Valorizar a profissão docente

Tornar a profissão docente atractiva deve constituir, para a FENPROF, uma «prioridade absoluta do novo Governo». A valorização da carreira, garante, passa pela capacidade de atrair jovens para a carreira e criar condições para o regresso de milhares que a abandonaram. É esse o objectivo principal da proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente apresentado pela federação, que visa assegurar:

- a correção dos problemas que ainda afectam a actual carreira, designadamente a contagem integral do tempo de serviço (para além do que foi perdido nos períodos de congelamento), a eliminação das ultrapassagens e a compensação dos docentes que não puderam recuperar o tempo de serviço congelado;
- uma estrutura de carreira sem obstáculos na progressão e de menor duração;
- a valorização material da carreira docente;
- o reconhecimento do desgaste provocado pelo exercício da profissão e a consagração de um regime justo de aposentação;
- um modelo de avaliação de desempenho formativo, e não punitivo;
- o cumprimento dos limites legais do horário de trabalho.

A FENPROF defende uma negociação «séria e efectiva», reafirmando a sua total disponibilidade para esse processo.



LUSA

A valorização da profissão docente é essencial para o bom funcionamento das escolas

Sobrecarga injustificada

Já no início do mês, a FENPROF criticou as Provas ModA, pelo que significa de sobrecarga de trabalho dos docentes, a anulação de aulas e actividades não lectivas, a falta de equidade na sua aplicação das provas, incluindo irregularidades nos tempos de realização, bem como os problemas técnicos com equipamentos e redes informáticas.

Para a federação, a insistência na manutenção destas provas só pode significar que se está perante «exames encapotados, cuja verdadeira finalidade será gerar dados estatísticos para alimentar rankings e não promover a melhoria das aprendizagens». Daí ter mantido a greve às tarefas relacionadas com estas provas, «enquanto se mantiver esta imposição injusta e pedagogicamente desastrosa e os professores e as escolas continuarem a suportar as consequências de decisões erradas e da teimosia da tutela».

Trabalhadores da Nobre Alimentação em luta

Foram mais de quinhentos trabalhadores que, no dia 29 de Maio, estiveram reunidos de madrugada até à tarde para discutir a situação na Nobre tendo chegado à decisão unânime de continuar a luta face à recusa da administração em negociar o caderno reivindicativo entregue já no início do ano passado.

A Luta Continua

«Relembramos que esta é a vigésima primeira greve feita, desde 2023 visto não haver qualquer resposta digna por parte da empresa às nossas reivindicações», realça o Sintab/CGTP-IN, em comunicado, acusando a administração de recusar as três principais reivindicações apontadas pelos trabalhadores: o aumento salarial de 150 euros, a subida do subsídio de alimentação de 5,50 euros para os 8 euros e a actualização das diuturnidades; tendo afirmado ainda o pedido de intervenção à DGERT, por parte dos trabalhadores.

A administração continua intransigente e mantém a posição avançada no início do ano, em que afirmaram a intenção de «não negociar qualquer ponto do caderno reivindicativo».

A greve teve uma adesão de 90%, com impactos profundos na produção, estando já a próxima agendada para 11 de Julho, com os trabalhadores comprometidos em se manterem firmes face à postura dos patrões.

Greve na Accenture

Na Accenture, os trabalhadores realizaram uma greve parcial entre 2 e 6 de Junho: nos dias 2, 3 e 4 em todo o turno da noite, nas últimas duas horas do turno da manhã e primeiras duas do turno da tarde; e nos dias 5 e 6, nas últimas duas horas do turno da manhã e primeiras duas do turno da tarde. O CESP, que convocou a paralisação, refere que «os trabalhadores vivem com salários cada vez mais curtos para as suas despesas e condições de trabalho cada vez mais insuficientes». Os trabalhadores queixam-se do elevado número de baixas por doença mental, de intimidações e chantagens por parte das chefias e da falta de incentivos e progressão de carreira e salarial. Exigem aumentos de 15 por cento, com um mínimo de 150 euros por trabalhador, aumento do subsídio de alimentação para 12 euros por dia, atribuição de subsídio de risco aos trabalhadores que analisam conteúdo sensível e melhoria geral das condições de trabalho.

Elevada adesão nos SMTUC

A greve de cinco dias dos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) teve sempre uma adesão superior a 90 por cento. No máximo, cinco autocarros circularam durante o período da paralisação, quando deveriam sair 104. Citado pela Lusa, o dirigente do STAL e motorista da empresa, João Soares, salientou que a adesão «muito forte» que se verificou demonstra a «união e determinação dos trabalhadores» na luta pela reposição da carreira e melhoria das condições salariais. O sindicalista denunciou a acção da maioria da coligação Juntos Somos Coimbra (PSD, CDS e outras forças), que sugeriu haver trabalhadores pressionados a aderir ao protesto, o que motivou uma queixa por difamação dirigida contra o presidente da Câmara Municipal. Esta foi a terceira greve dos trabalhadores dos SMTUC este ano, depois de dois dias em Fevereiro e três em Março. O calendário de luta prevê o aumento de um dia por mês até Setembro, para quando estão previstas as eleições autárquicas.

Almada

O executivo camarário de Almada chamou a polícia para impedir o protesto de trabalhadores da Autarquia, no final do passado mês.

Os trabalhadores da WEMOB – empresa municipal responsável pela gestão da mobilidade e do estacionamento no concelho – realizavam uma greve durante os dias 26 e 28, exigindo aumentos salariais intercales de 10%, com um mínimo de 100 euros; a retoma da negociação de carreiras com o STAL/CGTP-IN e a melhoria geral das condições de trabalho.

Numa greve que tomou, diariamente, uma dimensão cada vez mais expressiva, a actuação do executivo PS consistiu um ataque claro aos direitos dos trabalhadores, tendo um responsável do PS afirmado ainda que o protesto de dia 28 bloqueou qualquer possibilidade de voltar a ser dada uma audiência ao STAL/CGTP-IN.

Visão

Os trabalhadores da Trust In News (TiN) – dona da revista Visão – aprovaram, em plenário, avançar com uma greve face à recusa da empresa em pagar os 20% em falta dos salários de Abril, os salários de Maio, os subsídios de refeição e ainda um conjunto de subsídios de férias.

A empresa teve um projecto de insolvência aprovado no final de Maio onde se prevê a extinção de um conjunto das suas publicações, a alteração da periodicidade de outras, a alienação de parte substancial do espaço físico e despedimentos.

USL

A União de Sindicatos de Lisboa/CGTP-IN deu início recentemente às celebrações do seu quinquagésimo aniversário, com uma iniciativa no Centro de Informação Urbana de Lisboa.

Esta iniciativa iniciou-se com a passagem de um filme, que retratou momentos chave da organização e, posteriormente, um debate onde os trabalhadores partilharam histórias de luta e conquistas mas também expressões de solidariedade com os trabalhadores de todo o País, num momento que contou com a presença de um conjunto de ex-dirigentes do distrito com responsabilidades em sindicatos variados.

Frente Comum exige valorização

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública entregou ao novo Governo, no dia 9, a Proposta Reivindicativa Comum para 2025 que apresentara ao executivo anterior e que mantém «plena actualidade». Para ontem estava marcada uma cimeira da Frente Comum.

«Tratando-se de um documento já seu conhecido, urge dar-lhe resposta, em particular às questões identificadas como prioritárias, entre elas a valorização salarial e profissional dos trabalhadores da Administração Pública», salienta a estrutura sindical, em comunicado. Aguardando pela instalação da Assembleia da República e pela tomada de posse do novo Governo, a Frente Comum entregou ao primeiro-ministro, Luís Montenegro, exactamente a mesma proposta que apresentara no final do ano passado, pois não só o documento mantém toda a actualidade como o executivo anterior da AD não respondeu às propostas nele incluídas.

Na sua proposta reivindicativa, a Frente Comum defende aumentos não inferiores a 15 por cento, num mínimo de 150 euros, para todos os trabalhadores da Administração Pública e a fixação do salário mínimo de 1000 euros. Exige ainda a correcção das «injustiças que resultam da compressão da Tabela Remuneratória Única» e que as diferenças entre níveis remuneratórios sejam maiores. A revogação do sistema de avaliação (SIADAP) é outra das prioridades, exigindo a Frente Comum que até à sua concretização «as alterações obrigatórias de posição remuneratória ocorram com 4 pontos e que seja possível atingir o topo das carreiras no máximo aos 40 anos de serviço».

A reposição dos 25 dias de férias (e respectivas majorações) e do valor do pagamento das horas extraordinárias, a aposentação sem penalizações aos 40 anos de serviço, a regulamentação e extensão de suplementos remuneratórios e a actualização dos valores dos suplementos são outras prioridades apontadas pela Frente Comum. A estrutura sindical defende ainda o investimento em recursos humanos, materiais e tecnológicos capazes de assegurar serviços públicos de qualidade.

Sim, há dinheiro! e outros mitos

No documento agora reapresentado, a Frente Comum mostra de que forma as suas propostas são realizáveis. Respondendo à partida à questão que sempre surge quando se trata de valorizar salários e direitos (e nunca quando se fala de lucros e armamento) – mas há dinheiro? –, garante que «sim, há dinheiro! E muito do dinheiro que há, tem saído directa ou indirectamente dos nossos bolsos». Está, aponta, nos lucros dos grupos económicos (mais de 32 milhões por dia em 2024).

É possível aumentar todos os salários em 15%, num mínimo de 150 euros

Com os aumentos salariais que a Frente Comum propõe, o Estado arrecadaria em receitas de IRS e Segurança Social quase 390 milhões de euros por ano; apenas 4,3 por cento da rubrica do Orçamento do Estado consagrada à "Aquisição de Serviços" daria para aumentar 150 euros nos salários de todos os trabalhadores da Administração Pública.

Outro mito desmontado pela Frente Comum prende-se com o alegado "excesso" de trabalhadores da Administração Pública. Em Portugal, o número de trabalhadores da Administração Pública em percentagem do total de emprego é inferior a 15 por cento, ou seja, inferior à média da União Europeia – que é de 20 por cento. Na Finlândia é 25 por cento e na Suécia 29 por cento.

Preocupações e luta

No mesmo comunicado, a Frente Comum manifesta a sua preocupação com o novo quadro político saído das legislativas de 18 de Maio. Destaca, em particular, a criação de um novo ministério, o da Reforma do Estado, cuja orientação não será, garante, a de «defender e dignificar os serviços públicos e as funções sociais do Estado». Salienta ainda a necessidade de alterar as políticas que têm promovido a desvalorização do trabalho público e a degradação dos serviços públicos, reafirmando que «mobilizará os trabalhadores para a luta por melhores condições de vida e de trabalho».

Plenário nacional do STAL prepara protesto de dia 27

A Voz do Operário acolheu, no dia 11, o plenário nacional do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins. Cerca de meio milhar de delegados, activistas e dirigentes, de todo o País, prepararam o protesto marcado para o próximo dia 27, entre o Largo Camões e a Assembleia da República, em Lisboa, para exigir medidas para fazer face à dura realidade com que a generalidade dos trabalhadores do sector está confrontada.



No encontro foi feita a análise da actualidade político-sindical no País e dos principais problemas que afectam os trabalhadores da Administração Local e sector empresarial, designadamente os baixos salários, a falta de condições de trabalho dignas, os ataques à liberdade do exercício sindical e a precariedade laboral. Os participantes reafirmaram os princípios orientadores da acção reivindicativa do STAL e aprovaram, por unanimidade, duas moções: apelando à paz e ao fim das guerras, uma; em apoio da Palestina e do seu povo, a outra.

A presidente do STAL, Cristina Torres, salientou os aspectos negativos da «viragem à direita» na composição da Assembleia da República: «As dificuldades de quem vive, trabalha ou trabalhou no nosso país são o resultado da política de direita, levada a cabo por sucessivos governos que, no lugar de responderem às necessidades e anseios do seu povo, optaram por dar prioridade aos detentores dos grandes grupos económicos, a quem explora quem trabalha, que acumulam todos os dias milhões de euros de lucro.»

Greves na Preh, Airbus e Cabelte por mais salários e condições

Os trabalhadores da Preh, da Cabelte e da Airbus têm, nas últimas semanas, convocado greves em luta por melhores salários e condições laborais, contra o que classificam ser a intransigência patronal.

No dia 6, na **Preh**, Trofa, foram mais de cem os trabalhadores concentrados à porta das instalações da empresa, na mesma data em que ocorreram greves de duas horas por turno. Em concreto, estes trabalhadores lutam por aumentos salariais dignos e justos, pela efectiva negociação do seu caderno reivindicativo, e contra a precariedade, o trabalho aos sábados e o banco de horas.

Presente na concentração, o Secretário-Geral da CGTP-IN criticou «as políticas que têm sido seguidas» por sucessivos governos. «Os salários são baixos, a vida cada vez mais desregulada e o custo de vida aumenta cada vez mais», sublinhou.

Tiago Oliveira alertou para o que anteviu virem a ser momentos de «muitas incertezas e dificuldades» com o novo Governo, frisando que «aquilo que espera os trabalhadores e o País» é a continuidade de uma política que continuará a «corresponder aos interesses das empresas, do capital, e nunca aos interesses dos trabalhadores».

O dirigente sindical denunciou, ainda, os discursos dominantes – ao serviço do grande capital – que, na disputa por mais direitos e condições de trabalho, coloca o ónus do lado dos trabalhadores.

«Quando o trabalhador luta e reivindica melhores salários, [dizem que] primeiro temos que responder e aumentar a produtividade. Quando o trabalhador reivindica um vínculo estável, [dizem que] primeiro temos que responder às necessidades das empresas e da economia», asseverou.

Também presente na concentração, Miguel Ângelo, coordenador do SITE-Norte (que convocou a greve), em declarações à imprensa, assinalou que «esta empresa sempre teve o condão da exploração dos trabalhadores, com a prática de baixos salários, uso e abuso do banco de horas» e a obrigação de os trabalhadores, «de quinze em quinze dias, terem de vir dar cinco horas ao sábado».



Concentração dos trabalhadores da Preh contou com a presença de Tiago Oliveira

> *«[Preh] sempre teve o condão da exploração dos trabalhadores»*

Contra a intransigência patronal

Na **Airbus Atlantic**, na zona industrial da Ermida, Santo Tirso, os trabalhadores estiveram em greve nos dias 13 (greves parciais de quatro horas por turno) e no dia 14 (greve, todo o dia, ao trabalho extraordinário).

Tal como consta no pré-aviso de greve emitido pelo SITE-Norte, estes trabalhadores estão em luta por aumentos salariais dignos e justos para todos, e pelo fim da intransigência da empresa e o início de uma efectiva negociação do caderno reivindicativo.

A luta na Airbus contou com a presença de Rogério Silva, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e coordenador da FIEQUIMETAL.

Já na **Cabelte**, os trabalhadores das instalações da empresa em Arcozelo (Vila Nova de Gaia) e Ribeirão (Vila Nova de Famalicão) estarão em greve entre hoje, 18, e o dia 29, com um período de greves parciais em diversos turnos ao longo de cada dia.

Os trabalhadores da empresa, sublinha-se no pré-aviso, estão em luta por melhores salários, pela quinta diuturnidade (prémio de antiguidade na categoria) e pela fixação das 20h00 como a hora inicial do período considerado para o trabalho nocturno.

Interjovem

Decorreu, durante a semana de um a sete de Junho, uma semana de agitação da juventude trabalhadora promovida pela Interjovem/CGTP-IN. Ao longo desta semana, os jovens promoveram um conjunto de iniciativas e acções de contacto, como no Hospital de Cascais onde recolheram assinaturas para um abaixo-assinado em torno das 35 horas semanais de trabalho, na Hutchinson, em Portalegre, no Fórum Coimbra ou no Fórum Algarve. A Interjovem pintou ainda um mural em Rio de Mouro em torno da reivindicação do aumento imediato do salário mínimo para os mil euros.

ULS Viseu

Dezenas de enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico concentraram-se em frente à ULS Viseu Dão-Lafões, em protesto contra a precariedade laboral com que estão confrontados. Setenta enfermeiros e nove técnicos continuam com contratos a termo numa clara violação dos seus direitos por parte da direcção desta ULS. Alfredo Gomes, do SEP, sublinhou ainda a necessidade de reforçar os profissionais pois «basta ir a qualquer um dos serviços e ver as horas a mais que os enfermeiros têm.» Em nota, a CGTP-IN refere que «estes profissionais encontram-se a responder a necessidades permanentes e a evitar o recurso sistemático a horas extraordinárias, mas não vêem concretizada a sua justa e lícita vinculação efectiva.»

Randstad

Os trabalhadores da Randstad e Rhmais ao serviço da Vodafone cumprem actualmente uma greve aos fins-de-semana, principiada no início de Junho, e prometem mantê-la até ao final do ano caso não vejam as suas exigências cumpridas. O SINTAVV/CGTP-IN valorizou, em luta, esta «luta justíssima e necessária» focado num «caderno reivindicativo (...) que visa valorizar os salários e as condições contratuais.»

Carris em jornada de luta

Após a administração da **Carris** protelar a marcação da segunda reunião de um grupo de trabalho para a discussão da redução do horário laboral para as 35 horas, o STRUP, de acordo com a vontade expressa dos trabalhadores, convocou uma jornada de luta para os dias 2 a 6.

Nestas datas, informou, os trabalhadores cumpriram greve às primeiras e últimas duas hoas do serviço nos diferentes sectores – tráfego, oficinas e administrativo. A jornada concluiu com uma greve de 24 horas no principal dia dos "santos populares", 12.

O STRUP lembrou, ainda, as principais reivindicações, expressas junto da empresa: resolução do pagamento das deslocações, sem a contabilização dos bónus; reconhecimento de que a greve não pode contar para os efeitos da majoração; e a já referida redução para as 35 horas de trabalho semanais.

Em comunicado, o sindicato criticou, igualmente, outra organização sindical que, depois de ter participado num plenário geral da Carris, decidiu, contra as decisões tomadas nesta reunião, e de forma unilateral, avançar com uma greve.

O STRUP comunicou, também, a convocação, após o anúncio das acções de luta, da segunda reunião do grupo de trabalho por parte da empresa.

Avante!

Mais 150 mil milhões para a guerra!

João Pimenta Lopes



A 27 de Maio deste ano, o Conselho anunciava o regulamento que cria o "Instrumento de Acção para a Segurança da Europa (SAFE)". Trata-se da renomeação do que antes lançaram como "Rearmar Europa". A expressão "rearmar" caiu mal. Não apenas pela ideia expressa de aquisição de armas, como fica difícil falar em "rearmamento", quando os países da União Europeia, em conjunto, prevêem ter gastos militares, em 2024, de 326 mil milhões de euros (qualquer coisa como 376 mil milhões de dólares). Trata-se de uma despesa que mais que duplica as despesas militares da Federação Russa, previstas em cerca de 149 mil milhões de dólares. E representa, além disso, um aumento de quase 55% quando comparado com os gastos militares em 2014.

Este novo instrumento, que já havia sido anunciado em Março deste ano, consagra agora a intenção de gastar mais 150 mil milhões na guerra, em empréstimos. Os países terão que fazer aquisições conjuntas (pelo menos dois Estados), sendo abrangidos não apenas os Estados-Membros da UE, como os da Membros da EFTA simultaneamente membros do Espaço Económico Europeu (Lichtenstein, Noruega e Islândia – os dois últimos membros da NATO), e a Ucrânia. Permitirá também que «países aderentes, os países candidatos, os potenciais candidatos e os países que assinaram parcerias de segurança e defesa com a UE, como o Reino Unido, adiram a contratações conjuntas».

A estes 150 mil milhões, haverá que acrescentar os 650 mil milhões de euros também anunciados em Março, ainda por regulamentar.

Trata-se de um salto belicista de grande expressão, que terá desenvolvimentos com vista a uma ainda maior mobilização de recursos para a indústria da morte! Não por acaso se avança com a sugestão para a reconversão dos fundos não utilizados nos Planos de Recuperação e Resiliência dos Estados para despesas militares ou se discute o futuro Orçamento plurianual da UE em termos que tornam permeáveis linhas orçamentais dedicadas à coesão ou fundos estruturais para aumentar ainda mais os gastos com a militarização, sem "dar muita cana".

É este o contexto para a activação da "cláusula de escape" do Pacto de Estabilidade, por parte do Governo PSD/CDS, com o apoio de PS, para aumentar em 1,5% as despesas militares sem contar para os critérios da dívida ou do défice. Ou para ir mais longe, como admitido pelo Governo, para aumentar as despesas militares até 5% do PIB, indo ao encontro dos ditames dos EUA e da NATO.

Ao mesmo tempo sabemos que a erradicação da pobreza em Portugal seria possível mobilizando 1,3% do PIB, que 10% dos trabalhadores vive abaixo do limiar de pobreza e um quinto da população está em risco de pobreza e exclusão social.

É urgente travar este caminho!

Comunistas checos resistem a ataques

Impulsionada pela coligação que governa a República Checa, a Câmara dos Deputados aprovou uma alteração ao Código Civil que preconiza medidas visando criminalizar a promoção do comunismo, no que representa um ataque à democracia.

A alteração legal foi aprovada pela câmara baixa, a 30 de Maio, mas terá de ser ratificada pelo Senado e promulgada pelo presidente da República. Estabelece penas de prisão para quem promova publicamente a ideologia comunista ou utilize os seus símbolos, como a foice e o martelo.

O Partido Comunista da Boémia e Morávia (PCBM) qualifica a medida como um ataque directo contra os direitos constitucionais e uma forma de censura política, denunciando de forma veemente a alteração legislativa.

O PCBM acusa o governo reaccionário checo de ameaçar as liberdades fundamentais garantidas pela Constituição. Segundo o partido, alvo principal da alteração legislativa, a criminalização da promoção do comunismo não só procura limitar a sua intervenção política como também poderia servir como pretexto para uma nova tentativa de ilegalização do PCBM, algo que já foi tentado na República Checa, sem êxito, em 2011.

«Ninguém fará calar o Partido Comunista da Boémia e Morávia»



Os comunistas checos estão determinados a resistir a mais este ataque

O PCBM argumenta que a reforma legislativa é ambígua e poderia aplicar-se de maneira arbitrária para silenciar opositores políticos. Além disso, assinalou que o governo intensificou a perseguição de militantes e simpatizantes comunistas mediante a proibição de sítios web, além da intimidação e criminalização de actividades políticas legítimas.

«Ninguém fará calar o PCBM», reitera o partido em comunicado recente, acusando o governo de estabelecer um regime censor que torna vulnerável o direito à liberdade de expressão e de associação.

«A nova lei claramente tem como alvo o PCBM», afirma o vice-presidente do partido, Milan Krajca, num apelo à solidariedade internacional com os comunistas checos, sublinhando que tal tentativa se segue a semelhantes tentativas anticomunistas noutros países da União Europeia.

O PCP entregou uma carta de repúdio na Embaixada da República Checa em Portugal e expressou a sua solidariedade ao PCBM.

Estivadores italianos impedem envio de armas para Israel

Estivadores do porto italiano de Salerno, na região da Campânia, no sul de Itália, impediram o embarque de armamento no cargueiro israelita Contship ERA, da companhia ZIM. De acordo com uma nota da Federação Italiana de Trabalhadores do Transporte (FILT), em Roma, no dia 10, os estivadores bloquearam a carga de armamento para evitar ser cúmplices no genocídio que Israel comete contra o povo palestiniano na Faixa de Gaza.

Para Gerardo Arpino, secretário provincial da FILT, que integra a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), «os estivadores de Salerno não pretendem de modo algum contribuir para alimentar os crimes de guerra e o massacre que o governo de Israel está a levar a cabo contra a indefesa população palestiniana».

Uma acção similar teve lugar dias antes no porto de Génova, na região de Ligúria, no norte da Itália, onde trabalhadores portuários, filiados na União Sindical de Base (USB), também se mobilizaram à chegada do mesmo barco, para obstaculizar o envio de material bélico para Telavive.

«Reiteramos energicamente que não queremos ser cúmplices do genocídio em Gaza e nos opomos firmemente a todas as guerras», enfatizaram então os sindicalistas genoveses em comunicado.

A USB recordou protestos semelhantes contra embarques de armamento realizados anteriormente em outros portos italianos, como Livorno, Pisa e Bréscia, em solidariedade com as mobilizações contra a guerra e o fim dos ataques de Israel contra a população palestiniana, «cujo genocídio deve cessar de imediato».

Estes protestos enquadram-se em iniciativas contra o tráfico de armas e as políticas belicistas, que, em Itália, incluem uma greve geral convocada para o próximo dia 20, assim como uma manifestação nacional em Roma, no dia seguinte.

40 anos da adesão de Portugal à CEE: neoliberalismo, federalismo e militarismo

O PCP assinalou, dia 12, os 40 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1985, realçando as suas consequências: ataque à capacidade produtiva o País, aumento das desigualdades, dependência externa.



A inserção de Portugal na CEE, começa por denunciar o PCP, foi «concebida e implementada como parte integrante do processo contra-revolucionário de recuperação monopolista». Este processo, acrescenta, contrariou o «caminho de igualdade, justiça e progresso social, de desenvolvimento económico, de soberania e independência nacional, de paz e cooperação conquistado e iniciado pelo povo português com a Revolução de Abril»

A CEE, o Mercado Único, a União Europeia (UE) – com a União Económica e Monetária, o euro, o Pacto de Estabilidade e os «ulteriores passos do processo de integração capitalista europeu» – alicerçaram a política de direita realizada por sucessivos governos PS, PSD e CDS, que conta agora com o apoio de IL e Chega, esclarece.

Apesar da intensa propaganda em torno da UE, realça o Partido, a verdade é que «a soberania foi gravemente comprometida, com questões centrais da vida do País a serem decididas, ou fortemente condicionadas, pelas instituições e instâncias da União Europeia» – dominadas, garante, pelas «grandes potências e determinado pelos interesses dos grupos económicos e financeiros».

Portugal na CEE e na UE: ataque e destruição de capacidade produtiva nacional; domínio estrangeiro sobre sectores estratégicos do País; baixos salários e pensões; ataque a direitos; degradação e privatização de serviços públicos; injustiças e desigualdades sociais; mais concentração da riqueza e saque de recursos nacionais; consolidação de défices estruturais do País; dependência externa, estreitamento das relações económicas e comerciais de Portugal.

Promessas e realidade

Recordando as «muitas e reiteradas promessas de salários e condições de vida ao nível da "Europa", do "pelotão da frente", da dita "coesão económica e social" no âmbito da UE», o PCP realça o que foi afinal a realidade destes 40 anos, marcados pela manutenção e aprofundamento de divergências, desigualdades e assimetrias de desenvolvimento: «Na memória do povo português estão ainda bem vivos os impactos da intervenção da troika, entre 2011 e 2015, cujas consequências perduram de forma negativa no País», salienta.

O Pacto de Estabilidade, para lá da ditadura do défice e da dívida – agora agravado com o foco directo na contenção ou redução da despesa pública –, o Tratado Orçamental, o Semestre Europeu, a Governação Económica, são instrumentos que visam conter a despesa pública, sobretudo nas funções sociais do Estado, nos serviços públicos, no investimento público.

A realidade da UE contrasta com as promessas feitas há 40 anos

Quatro décadas passadas, «num contexto em que se debate com profundas contradições e dificuldades», a UE insiste nas políticas «neoliberais, federalistas e militaristas». Estas não só atacam os direitos dos trabalhadores e as suas conquistas sociais, a soberania e a democracia, como «promovem uma perigosa escalada de confrontação e guerra, incluindo com o aumento das despesas para os armamentos, desviando para a guerra milhares de milhões de euros necessários à resolução dos problemas sociais, com o sério risco de empurrar a Europa e o Mundo para a catástrofe».

Para o PCP, é a realidade a expor as «muitas falácias e hipocrisias da União Europeia»: clama cinicamente pelos "direitos humanos", a "democracia" e a "paz", ao mesmo tempo que é «conivente e cúmplice com o genocídio do povo palestiniano às mãos de Israel» ou que, «de forma crescente, promove e incorpora concepções e projectos reaccionários nas suas políticas».

Ontem, hoje e amanhã

O PCP lembra, no seu comunicado, que se opõe «desde o primeiro momento a este caminho de injustiça social e de abdicação nacional». Mas, realça, nunca prescindiu de «defender os interesses nacionais perante este processo». Da mesma forma que «continuará a bater-se em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, pela afirmação da soberania e independência nacional, por um caminho de desenvolvimento económico e social que assegure a concretização dos direitos e das aspirações do povo português, contribuindo para uma Europa de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos, de progresso social e de paz».

Convergência por efectivar

Também a CGTP-IN assinalou, no dia 12, a assinatura da adesão de Portugal à então CEE, salientando que a sua avaliação deve ser feita «à luz das consequências que a submissão às imposições da UE e do euro teve para o país e os trabalhadores». Entre elas, a central sindical destaca o agravamento das condições de vida e de trabalho, em Portugal e na Europa, o aumento da exploração e empobrecimento dos trabalhadores, o aprofundamento das desigualdades na distribuição da riqueza entre trabalho e capital, a degradação dos direitos fundamentais.

Destaca, ainda, que as economias mais frágeis foram «subordinadas aos interesses das grandes potências e dos seus grupos económicos» e denuncia a degradação ambiental, a escalada militarista, a guerra e o avanço da extrema-direita e do fascismo.

A CGTP-IN lembra que a integração do País na CEE se deu numa «conjuntura de transição, após décadas de fascismo, com uma economia fragilizada, baixos salários e mão de obra pouco qualificada. A promessa de convergência com a Europa, repetida durante anos, revelou-se uma ilusão. Quarenta anos depois, a convergência com a média europeia continua por efectivar».

Avante!

América sem rei nem roque

António Santos

Desta vez, os EUA invadiram os EUA para, alegadamente, salvar os EUA dos próprios EUA.
Em flagrante violação da constituição e abrindo mais um perigoso precendente, Trump enviou milhares de militares para a Califórnia.
O regime classificou como "rebelião" os protestos contra as redadas massivas de trabalhadores imigrantes para, pela primeira vez desde 1992, federalizar a Guarda Nacional e mobilizar fuzileiros navais para reprimir quem se manifestava contra o terror xenófobo da ICE, a polícia migratória.
De pouco serviram os protestos do governador do Estado, Gavin Newsom, e menos ainda adiantaram os efémeros esforços de alguns tribunais: Trump, que, no sábado, pôs uma parada militar a cantar-lhe os *Parabéns a Você*, comporta-se como um rei, absoluto e sórdido, para além de quaisquer limites constitucionais ou morais.
Mas, como demonstraram centenas de milhares de pessoas, em mais de 2000 manifestações em todos os 50 Estados, o rei vai nu.
Quem, no sábado, saiu à rua para dizer que nos EUA «não há reis» quis denunciar, mais do que o culto da personalidade de Trump, um plano inclinado para um crescente autoritarismo.
Os sinais estão por todo o lado: milhares de agentes do ICE caçam trabalhadores imigrantes e as suas famílias nas ruas, invadem-lhes as casas a meio da noite sem qualquer mandado judicial e emboscam-nos à porta das escolas, das fábricas e dos campos agrícolas; milhares de manifestantes desarmados são brutalmente detidos pela polícia e por militares; entre os detidos está David Huerta, presidente do SEIU Califórnia, o maior sindicato do Estado; Alex Padilla, um senador democrata que ousa questionar a secretária de Segurança-Interna, Kristi Noem, é atirado ao chão à frente das câmaras e manietado; a deputada estadual, Melissa Hortman, e o seu marido são assassinados em casa por um indivíduo que, de seguida, tenta assassinar outro congressista; a Casa Branca partilha na internet um cartaz criado por um nazi que apela a que se «denuncie às autoridades todos os invasores estrangeiros».
Tempos houve em que um capitalismo jovem e vigoroso jurava querer super-estruturas políticas democráticas, republicanas e constitucionais. Sinal do seu envelhecimento escleroso, os gestores dos Estados capitalistas tenderão a parecer-se cada vez mais como os reis de antanho porque a procura de lucros já não é compatível sequer com declarações de liberdade, igualdade nem, muito menos, fraternidade. Ao mesmo tempo que aprova borlas fiscais para os milionários, Trump prepara-se para fazer o maior corte de sempre às despesas sociais do Estado federal e atirar para a miséria milhões de trabalhadores.
Esta transferência de rendimentos do trabalho para o capital requer doses formidáveis de medo e de violência: é necessário que os imigrantes sejam perseguidos, detidos, separados das famílias e que, à última da hora, haja esta actual decisão, temporária e arbitrária em iguais medidas, de não os deportar, se trabalharem em certos sectores estratégicos.
É preciso que toda a gente tema pela vida antes de protestar, fazer greve, criticar ou dizer que não. É preciso que os trabalhadores que vão ficar ainda mais pobres estejam treinados para culpar o seu vizinho imigrante, ou seu colega negro, ou os chineses, ou o Irão, mas nunca o grande patronato.

Manifestações nos EUA contra políticas de Trump

Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se no sábado, 14, nas principais cidades norte-americanas, em protesto contra as políticas migratórias e o «autoritarismo» de Trump.

Por todos os EUA, multidões mobilizaram-se numa jornada de luta denominada «No Kings» [Sem Reis], convocada para denunciar as políticas do presidente Donald Trump, em especial a sua agenda anti-imigração. Os protestos – que em alguns casos foram reprimidos com violência e com detenções pelas autoridades policiais – encheram ruas, praças e parques de cidades do país.

Dezenas de milhares de pessoas mobilizaram-se em Los Angeles, cenário das recentes manifestações contestando as rusgas do Serviço de Imigração e Fronteiras (ICE) em comunidades, locais de trabalho e até igrejas. Multidões protestaram também em Nova Iorque, Washington, Denver, Chicago, Houston e cidades da Flórida.

Na histórica Filadélfia, Martin Luther King III, filho do defensor dos direitos civis assassinado em 1968, pronunciou um emotivo discurso perante milhares de manifestantes. «Estamos aqui para dizer que esta terra pertence ao povo, não aos monarcas, não aos autocratas, não aos homens fortes, mas ao povo», declarou. E fustigou a liderança do presidente Trump, assegurando que «ainda cremos num país sem reis, sem tiranos, sem governantes que se colocam acima da lei».

LUSA



Austin

«Esta terra pertence ao povo, não aos monarcas, não aos autocratas, não aos homens fortes, mas ao povo»

Estas manifestações nos EUA tiveram lugar depois de Trump decidir enviar quatro mil membros da Guarda Nacional e 700 fuzileiros navais contra os protestos em Los Angeles. O lema «Sem Reis» foi promovido pela organização 50501 (50 Estados, 50 Protestos; um Movimento) com o objectivo de defender a democracia face às políticas da administração norte-americana presidida por Trump.

A vaga de protestos coincidiu com a realização, rodeada de medidas de segurança, de uma parada militar em Washington, em honra do 250.º aniversário da criação das forças armadas dos EUA.

LUSA



Los Angeles

LUSA



Washington

Israel lança agressão militar contra o Irão

Israel desencadeou uma agressão militar contra o Irão, num momento em que Teerão e Washington mantinham negociações indirectas sobre o programa nuclear iraniano. Os EUA sabiam do ataque e apoiam o governo israelita, assim como o fazem as potências da NATO e da UE. Diversos países e organizações internacionais condenaram a agressão.


LUSA

Agressão israelita ao Irão contou com o apoio dos EUA e a cumplicidade da UE e da NATO

Israel agrediu o Irão com maciços ataques militares, que começaram na noite de sexta-feira, 13, e prosseguiam no início desta semana, incluindo contra centrais nucleares, diversas infra-estruturas, responsáveis militares e cientistas iranianos.

O ataque israelita foi desencadeado enquanto decorriam conversações indirectas, com nova ronda prevista para domingo, 15, em Omã, entre delegações do Irão e dos Estados Unidos da América (EUA), sobre o programa nuclear iraniano. Washington diz que teve conhecimento prévio da agressão por parte de Israel.

Em resposta aos bombardeamentos israelitas, Teerão lançou mísseis e drones contra Israel, visando alvos militares e diversas instalações israelitas.

EUA apoiam Israel

Os EUA enviaram para Israel antes do início da agressão israelita ao Irão, cerca de 300 mísseis ar-terra AGM-114 Hellfire, o que confirma que Washington tinha conhecimento prévio do ataque – reportou no sábado, 14, o portal web Middle East Eye.

> *Condenação generalizada do ataque israelita contra o Irão, que agrava a situação no Médio Oriente*

Dado que os mísseis eram parte de um pacote de armas no valor de 7.400 milhões de dólares, aprovado pelo Congresso norte-americano em Fevereiro, a transferência não exigiu qualquer nova notificação.

O presidente norte-americano, Donald Trump, negou a participação do Pentágono na ofensiva militar, embora tenha admitido que estava a par da mesma antes do seu começo. As autoridades iranianas, no entanto, acusam a Casa Branca de ser parte da agressão e denunciaram o seu apoio irrestrito ao governo do primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu.

Também o Reino Unido, França e Alemanha – alguns dos que armam, financiam e apoiam o genocídio cometido por Israel na Faixa de Gaza – declararam o seu apoio à agressão israelita, procurando hipocritamente transformá-la em "defesa".

Moscovo e Pequim condenam agressão

A China condenou a agressão de Israel, salientou a sua oposição a violações de soberania e manifestou-se a favor da segurança e integridade territorial do Irão.

Segundo as autoridades chinesas, o repentino agravamento da situação regional no Médio Oriente não beneficia nenhuma das partes. «A China insta a todas as partes interessadas que façam mais para promover a paz e a estabilidade regionais e evitar uma maior escalada das tensões», vincaram.

Também o governo da Rússia condenou «veementemente» as acções de Israel, afirmando que as mesmas «minaram drasticamente o progresso de esforços diplomáticos» que visam reduzir tensões e procurar soluções para «eliminar suspeitas em torno do programa nuclear pacífico do Irão». As autoridades russas salientam o facto dos ataques terem decorrido durante as negociações entre Irão e EUA e acusam países ocidentais por terem provocado a «recente onda de histeria anti-Irão» e de serem, assim, responsáveis pela escalada em curso.

Outros países, como o Brasil, condenaram os ataques israelitas. O governo liderado por Lula da Silva fala de uma «grave violação do direito internacional e da soberania do Irão». Também a Liga Árabe condenou os ataques, considerando-os uma «flagrante violação do direito internacional» que agravam o risco de «mergulhar a região num conflito mais vasto».

PCP condena ataque e genocídio

O PCP emitiu um comunicado, dia 13, sobre os ataques de Israel contra o Irão:

«O PCP considera da maior gravidade e condena veementemente a agressão de Israel ao Irão, na sequência de diversas e graves provocações e ataques que efectuou contra este país, do genocídio do povo palestiniano e dos permanentes bombardeamentos e ocupação por Israel de território libanês e sírio.

A agressão de Israel ao Irão não podia ter sido realizada sem o apoio dos EUA e a cumplicidade das grandes potências da NATO e da UE, que têm promovido décadas de violações do direito internacional, de ingerência, de desestabilização e de guerra no Médio Oriente.

Os EUA e Israel, único país detentor de armas nucleares no Médio Oriente, são os primeiros e principais responsáveis pelo sério agravamento da situação nesta região e pelas consequências desta nova agressão.

Recorde-se que esta agressão se verifica no momento em que estavam a ter lugar negociações indirectas entre o Irão e os EUA relativamente ao acordo sobre o programa nuclear iraniano, acordo que os EUA haviam inaceitavelmente e unilateralmente abandonado em 2018, para tentar impor ao Irão as suas condições de domínio.

O PCP insta o Governo português a condenar a escalada de guerra que Israel, com a conivência dos EUA, do Reino Unido e da UE, leva a cabo no Médio Oriente e a exigir o seu fim imediato.(...)»

ONU rejeita mecanismo de controlo à alimentação na Faixa de Gaza

A agência da ONU encarregada de ajudar os refugiados palestinianos renovou as suas críticas ao novo mecanismo de entrega de alimentos na Faixa de Gaza, impulsionado por EUA e Israel, considerado ineficaz e humilhante. O comissário geral da Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) afirmou que esse mecanismo não aborda a fome no território. A chamada nova forma de gerir a assistência na Faixa de Gaza é sumamente degradante, humilhante, e põe vidas em perigo, denunciou.

O responsável afirmou que as Nações Unidas têm o conhecimento, a experiência e a confiança da comunidade para oferecer uma assistência segura na Faixa de Gaza, onde se registaram mais de 55 mil palestinianos mortos desde Outubro de 2023, além de dezenas de milhares que foram feridos ou estão desaparecidos, em resultado da agressão israelita.

Em princípios de Junho corrente, o comissário geral da UNRWA afirmou que o novo mecanismo, imposto por Telavive e Washington, é uma «armadilha mortal». Assinalou então que «esse sistema humilhante obrigou milhares de pessoas esfomeadas e desesperadas a caminhar dezenas de quilómetros» até um centro de «ajuda» para receber alimentos. Tais entregas devem ser realizadas em grande escala e de maneira segura, contrapôs.

Numa outra mensagem, o responsável apelou a Israel para levantar o bloqueio contra a população palestiniana na Faixa de Gaza e permitir à ONU um acesso seguro e sem impedimentos para distribuir a ajuda com o fim de «evitar a fome massiva que afecta inclusivamente um milhão de crianças».

O actual modelo em distribuição equivale a convidar as pessoas à morte, assegurou na semana passada a porta-voz da UNRWA, Juliette Touma. «A única forma de distribuir ajuda em grande escala e de forma segura à população da Faixa de Gaza é através das Nações Unidas, incluindo a UNRWA», reiterou a responsável.

ACTUAL

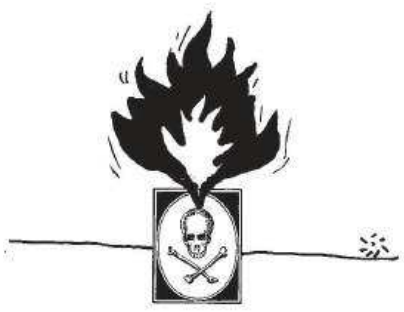
Quem semeia ventos...

João Frazão

Certamente instalado no seu resultado maior e no colo que sabe que PS, Chega e IL lhe vão dar, o Governo decidiu, na apresentação do Programa do Governo, anunciar uma autêntica guerra aos trabalhadores, abrindo logo diversas frentes de batalha a exigirem toda a atenção e vigilância.

Inspirado, como tudo indica, nas recentes experiências de Milei, na Argentina, e da dupla, agora desfeita, Trump/ /Musk, nos EUA, e nas mais longínquas mas não esquecidas medidas de má memória da *troika*, o Governo do PSD/CDS disparou em várias direcções, com o direito à greve à cabeça, mas passando pelos direitos ao subsídio de férias e ao 13.º mês, disfarçado da possibilidade do seu recebimento em duodécimos, pela flexibilização dos bancos de horas, pela justa aspiração do alargamento do período de férias ou por novos cortes em trabalhadores na Administração Pública, agora mascarados de "avaliação global" e "redistribuição".

São também estas medidas, sublinhe-se, de que serão co-responsáveis os que decidirem não rejeitar o Programa do Governo quando a Moção de Rejeição do PCP for votada.



É esta a agenda de quem representa no plano político e serve na prática os interesses do capital. É este o *modus operandi* de quem vê no incremento da exploração, com vista ao aumento da concentração da riqueza na mão de muito poucos, a razão primeira da sua acção política. É este o cominho inverso ao que é indispensável e urgente, num momento em que o aumento do custo de vida não pára de aumentar e em que a crise na habitação assume proporções dramáticas.

Como resultado desta política poderíamos, mesmo que não disponhamos de uma bola de cristal, antecipar três evidentes consequências.

Primeiro, o maior empobrecimento de quem trabalha, ficando ainda mais à mercê da arbitrariedade dos patrões, face ao maior apoio do Governo. Segundo, o prosseguimento da sangria para o estrangeiro de jovens que não se acomodam aos baixos salários que o Governo promove, a que acresce a impossibilidade de conciliarem a vida familiar com o trabalho. E, não menos importante, o recrudescimento da luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e condições de vida. Essa luta que a vida mostra a cada dia que passa que é sempre o elemento determinante para fazer avançar a vida de todos.

Depois venham cá dizer que é preciso paz social. Quem semeia ventos colhe tempestades.

Media, o programa oculto

Carlos Gonçalves

O Governo anunciou o seu Programa e as dez linhas que valorizou. Sobre a matéria, discutida e votada na AR, no quadro da Moção de Rejeição do PCP, está dito o essencial – é «expressão da política de exploração e desigualdades, negócios e negociatas, desmantelamento do SNS, benefício aos grupos económicos, privatizações, contenção de salários, alteração de leis laborais e assalto à segurança social». Por isso o repúdio do PCP, importante para futuras batalhas.

Mas nem o facto do núcleo de questões ser tão ruim e crucial para a luta, faz esquecer as áreas não referidas, mas que importam e são conexas na ofensiva contra a democracia. O Governo da AD decidiu tacticamente não as valorizar e até ocultar, por "oportunidade" e gestão de agenda, a sua e a dos grandes interesses.

Como na questão dos média, importante na ofensiva reaccionária e oculta no Programa do Governo, e cujo "Plano de Acção" não parou desde Outubro: continua a preparar o "Guião" de subversão de toda a legalidade do sector e apenas suspendeu brevemente alguns aspectos de execução porque Pedro Duarte saiu do Governo; criou a "Estrutura de Missão para a Comunicação Social", na lógica do mercado, de "coordenação de entidades públicas relevantes" com as privadas, como a "Plataforma de Media Privados", com quem organizou a conferência "O Futuro dos Media", que tratou do "Pacote de apoio" ao grande capital para garantir os lucros, com salários pagos pelo Estado a trabalhadores sem direitos, e "reorganização e modernização da RTP", com cortes nas receitas para implodir o canal público e abrir a outros negócios.



Entretanto, a situação é agora terminal para alguns órgãos da imprensa escrita, após lucros e dividendos forjados e negociatas criminógenas, e é quase insustentável em dois ou três casos de "transições digitais" insuficientes. Daí o "clic" até à linha que hoje une Governo e grupos económico-mediáticos e que constitui o seu programa oculto: que o Estado tem de pagar reestruturações, lucros e concentração, levando o sector a uma nova fase de fusão do Estado e do grande capital, numa mega supra-estrutura de domínio e controlo omnipotente e ainda mais antidemocrática.

É imperioso travar o Programa do Governo para os média, esclarecer e lutar pela liberdade de informação.

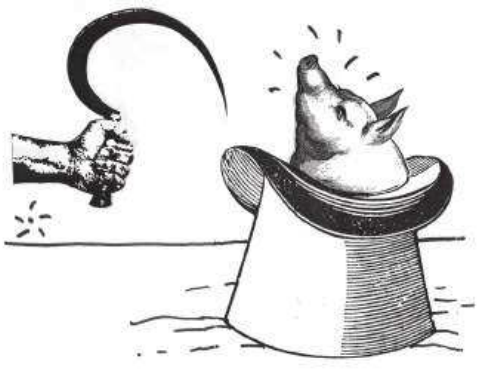
O anticomunismo, crónico cúmplice do fascismo

Filipe Diniz

O fascismo é um fenómeno bastante "europeu". Entre 1921 (Itália e Polónia) e 1975 (Espanha), existiram pelo menos 14 regimes fascistas na Europa, três em outros continentes. Entre 1926 e 1945, foram acompanhados por movimentos e partidos abertamente fascistas em 12 outros países, seis dos quais europeus.

À derrota do nazi-fascismo seguiu-se em muitos lados o encobrimento da actividade fascista e das suas organizações. Os "aliados ocidentais" reciclaram e reintegraram os seus principais quadros, em especial na NATO e nos serviços secretos. Muitos milhares (dezenas de milhares?) de outros ficaram de reserva. Procriaram.

Hoje estão à vontade até em instituições de que nos anos 20 e 30 não dispunham. No Parlamento Europeu só a "extrema-direita" mais assumida são alguns 111, oriundos de 15 países. E será escusado acrescentar o perfil ideológico de outros, seja no PE ou na Comissão Europeia. Tal como há um século, é no dito "ocidente" que sobretudo permanece o essencial da sua rede de coordenação, financiamento e apoio político e ideológico. E, nunca o esqueçamos, cultural e mediático. Da academia ao audiovisual de massas. Da reescrita da história à violência do mais forte em "inocentes" documentários sobre a "natureza", à insidiosa presença nos média, aos monstruosos conflitos armados de tantos jogos de computador.



Cúmplices não faltam entre os que alinham pelo anticomunismo. Surgem nos mais sujos truques. Veja-se um caso, como tantos outros: o jornal Libération noticia um manifesto subscrito por intelectuais - entre os quais vários prémios Nobel – contra o fascismo. Coloca uma ilustração em que se destaca Mussolini. E o Mussolini do *Libération*, juntamente com outro personagem, saúdam de punho fechado, nem mais. É ridículo e imbecil. Mas é também uma forma de cumplicidade com o fascismo, e o nosso quotidiano está cheio delas.

Não é um regresso. Há um século que andam por cá, escondidos ou à vista.

SOCIEDADE

O direito à IVG e a sabotagem silenciosa

Tânia Mateus

É legal, mas não é acessível para todas as mulheres. Coincidência?

A aprovação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) até às 10 semanas é o resultado de décadas de luta pelo direito a uma maternidade livre, consciente e segura. Mais do que uma mudança legal, representou um avanço civilizacional, ao garantir a autodeterminação, dignidade e protecção da saúde pública. Libertou as mulheres da criminalização e dos abortos clandestinos.

Quase duas décadas depois, é claro que esta conquista salvou vidas, protegeu direitos e contribuiu para uma sociedade mais justa. Garantiu às mulheres o direito de escolha para que a maternidade seja, de facto, uma escolha de amor — e não uma fatalidade.

Nem todas as escolhas são respeitadas. Só as que convêm à política de direita

Há quem fale em nome da vida, mas esquece as que morreram em consequência do aborto clandestino.

Quem diz: "pensem nas crianças" ou defende "ajudas para as mulheres prosseguirem a gravidez", são os mesmos que acham que a mulher precisa de ajuda a tomar decisões – menorizando-a.

São os que impedem a redução do horário de trabalho para as 35 horas, para quem 870 euros chegam para viver, as creches são um problema da família, o desemprego se resolve com "empoderamento" e a habitação deve continuar a alimentar os lucros. São os que não aceitam que a mulher tenha liberdade em decidir se quer ser mãe.

Defender a IVG não é inconciliável com a maternidade – porque não obriga ninguém a abortar –, mas permite escolher. E essa é a verdadeira ameaça: que as mulheres possam escolher. Porque escolher é poder.

Recentemente, fomos bombardeadas com (mais) um vídeo patrocinado por Miguel Milhão. Um desfile de imagens manipuladoras que associam o aborto a uma chacina e a mulher retratada como egoísta e criminosa. Mãe, sim, mas sujeito autónomo, nem por isso.



A despenalização da IVG até às 10 semanas garantiu às mulheres o direito de escolha

Tudo embrulhado em imagens bonitas e melodias empáticas. Porque ninguém resiste a uma lágrima, certo?

Não é coincidência que os mesmos que querem "salvar a vida desde a concepção" são os que não criam creches públicas, não aumentam salários, nem travam a especulação na habitação. Não salvam os direitos das trabalhadoras e, nas entrevistas de emprego, ainda lhes perguntam se "têm filhos".

O retrocesso como projecto político

A lei não anda sozinha. Sem políticas públicas de saúde, os direitos ficam por cumprir.

O desinvestimento no SNS não é neutro. Fecham-se serviços e urgências e aceita-se que os constrangimentos se sobreponham aos direitos das mulheres. Até o custo da IVG para o SNS é argumento: como se a saúde sexual e reprodutiva fosse um capricho. Como se o SNS devesse apenas tratar o que não incomoda a moral de alguns.

É o mesmo projecto que fecha maternidades, desvaloriza profissionais, privatiza serviços e depois apresenta a factura ao SNS. Porque o importante não é salvar o SNS, mas ajudar os privados na saúde.

A nova cara do conservadorismo é o adiamento. É um certo moralismo burocrático. É a normalização da dificuldade, da inevitabilidade.

Cumprir a lei da IVG: nem um passo atrás!

Já vimos esta história e lutámos. Não aceitamos que a lei não se cumpra para todas as mulheres!

As mulheres exigem a necessidade de cumprir a lei da IVG e, para tal, há que investir no SNS. Definir procedimentos e a existência de protocolos de encaminhamento em todas unidades de saúde, acesso a informação sobre a lei, actualizar e centralizar processos relativamente aos objectores de consciência.

O que se impõe é a exigência de cumprir e fazer cumprir a legislação e o direito de optar por uma maternidade planeada, consciente e feliz. Porque ser mãe é um acto de amor, não uma imposição.

MEMÓRIA

De 1941 a 1944 – A Carlinga e a Milícia

Em França, durante a II Guerra Mundial, duas milícias francesas pró-nazis disputavam com a Gestapo o combate aos membros da Resistência, que o governo de Vichy sob Pétain apelava de "terroristas": a Carlinga e a Milícia. A primeira, instalada no tristemente célebre n.º 93 da rua Lauriston, em Paris, era a 'Gestapo francesa'. Fundada por Pierre Bonny, um antigo polícia corrupto, e pelo criminoso Henri Lafont, reunia bandidos, gângsteres e criminosos profissionais, que segundo o historiador David Alliot "eram capazes de roubar, pilhar, matar, à vista de todos, em Paris, mas também nas províncias, lançar operações em larga escala, formar um exército, caçar combatentes da resistência, roubar judeus, com o apoio activo dos alemães, sem temer qualquer represália". Munidos com identidades alemãs, eram intocáveis. Após a libertação, em 1944, muitos foram capturados, julgados e condenados à morte, mas muitos outros escaparam incólumes. A Milícia, grupo policial fascista subordinado ao primeiro-ministro Pierre Laval, era ainda mais temida do que a Gestapo. Podia prender, deportar, torturar e assassinar qualquer suspeito de pertencer à Resistência. Paul Touvier, um dos seus membros mais destacados, só foi levado à Justiça em 1989. Foi o primeiro francês condenado por crimes contra a humanidade.





INTERNACIONAL

Deportações em massa desencadeiam resistência popular

André Levy

Há oito anos, durante o seu primeiro mandato, Trump ficou encantado com a parada militar a que assistiu em Paris, no Dia da Bastilha. No passado sábado conseguiu finalmente ter uma parada semelhante na capital dos EUA, celebrando os 250 anos das Forças Armadas e o seu próprio aniversário. A projecção de força contou com 28 tanques Abrams, bombardeiros B-25, helicópteros e mais de seis mil soldados. Mas acabou por ser ensombrada pelas manifestações em mais de 2100 cidades por todos os EUA, sob o lema «Sem Reis», com a participação de milhões de pessoas numa rejeição popular do autoritarismo da administração Trump e em defesa da democracia.

Em meados de Maio, porém, o ritmo de detenções ainda era semelhante ao do último ano da presidência Biden

Estas manifestações tiveram lugar no seguimento de vários protestos, com particular incidência em Los Angeles, na Califórnia, contra a campanha de deportação de imigrantes por parte da administração Trump, e o seu crescente uso de força militar. Esta cidade alberga a maior população de indocumentados do país. Mas Los Angeles foi apenas um foco de uma investida conduzida por todo o país.

Durante a campanha presidencial, Trump pintara um cenário de invasão dos EUA por milhões de imigrantes criminosos e prometera uma campanha de deportação em massa. Em Maio mais de 140 mil pessoas haviam sido deportadas e quase 49 mil pessoas estavam na custódia do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE). A logística da detecção atingia os seus limites, levando Trump a propor o uso da base de Guantánamo, em Cuba. As primeiras detenções mais publicitadas incidiram sobre alegados membros de redes criminosas, como o MS-13 ou Tren de Aragua. Cerca de 300 pessoas foram deportadas para o CECOT, uma prisão de segurança máxima em El Salvador.


LUSA

Mas as deportações foram desde logo contestadas pela ausência de um processo judicial equitativo, permitindo a deportação de pessoas inocentes. Tal foi o caso de Kilmar Abrego Garcia, que foi devolvido aos EUA após ordem do Tribunal Supremo. Resta ainda o pedido de *habeas corpus* para 130 venezuelanos inocentes sumariamente deportados. A detenção de imigrantes também tem sido usada para suprimir dissidência política, como no caso de Mahmoud Khalil, estudante na Universidade de Columbia, que participou em manifestações pró-Palestina.

Muitos dos detidos são indocumentados sem registo criminal, presos no seu local de trabalho ou residência. O cenário tem-se repetido inúmeras vezes e sido partilhado nas redes sociais, contribuindo para desconstruir a ideia de que se trata sobretudo de criminosos. Em meados de Maio, porém, o ritmo de detenções ainda era semelhante ao do último ano da presidência Biden. O arquitecto da actual política de imigração, Stephan Miller, e a Secretária para a Segurança Interna, Kristi Noem, exigiram então que o número de detenções fosse duplicado para 3 mil pessoas diariamente. Para atingir as quotas, aumentaram o número de rusgas e alargaram-nas aos locais onde os imigrantes se concentram: nas praças de jorna frente às lojas Home Depot, nas fábricas de vestuário, na restauração e hotelaria, nos campos agrícolas. O resultante medo entre a comunidade imigrante já afecta a actividade económica. Mais de 40% dos trabalhadores agrícolas nos EUA não têm estatuto legal, e os agricultores reportam que 30-60% dos trabalhadores deixaram de ir trabalhar para os campos, em resultado das rusgas.

Em Los Angeles organizaram-se protestos em alguns destes locais para proteger os imigrantes, assim como junto de centros de detenção para exigir a sua libertação. David Huerta, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços (SEIU), foi preso em frente a uma loja quando procurou impedir a passagem de veículos do ICE. Face aos protestos crescentes, o presidente Trump colocou a guarda nacional da Califórnia sob a alçada do governo federal (contra a vontade do governador deste Estado, Gavin Newsom) e ordenou que apoiasse o ICE nas suas detenções. Dias depois as operações foram reforçadas com o envio de fuzileiros. A congressista Ilhan Omar alerta que «estamos perante a criação de um estado policial. (...) Será um dia negro se não resistirmos e lutarmos pela nossa constituição e a nossa república».

FRASES

“Aqui, ninguém tem sangue puro e a falácia da ascendência única não tem correspondência com a realidade, cada um de nós é uma soma do nativo e do migrante, do europeu e do africano, do branco, do negro e de todas as outras cores humanas.”

(Lídia Jorge, Jornal de Notícias, 11.6.25)

“Há uma violação contínua do Direito Internacional e crimes de guerra que Israel está sistematicamente a cometer contra o povo palestiniano ao não deixar entrar ajuda para as pessoas famintas.”

(Greta Thunberg, Jornal de Notícias, 11.6.25)

“Está, pois, na altura dos povos europeus abrirem os olhos e não se deixarem embalar pelo canto das sereias que atrai, seduz e cativa, mas que poderá conduzir ao naufrágio.”

(Carlos Branco, Diário de Notícias, 9.6.25)

SUGESTÕES DA SEMANA



Santos Populares

Depois do Santo António, é a vez de celebrar o S. Pedro e o S. João, cumprindo a tradição em ambiente de festa e grande animação.
Seixal, de **20** (com as Marchas Populares, às 21h00, na Av. da República) até **29**, arraiais, concertos e bailes em várias ruas. **Porto**, dias **23** e **24**, arraiais de S. João pelos bairros da cidade.

Feiras e mercados

Feira de S. João, espectáculos, gastronomia, artesanato, feira da ladra, atletismo preenchem um programa para toda a família. Entrada livre.
De **20 a 29**, em **Évora**.

Alcácer do Sal tem vida, Feira do Turismo e das Actividades Económicas, em XXXIII edição, com concertos, exposições, tasquinhas, produtos regionais.
De **20** a **24**, no Parque Urbano 25 de Abril, **Alcácer do Sal.**



Exposições

Pedaços de Mosaico Hidráulico, o chão colorido das casas do Alentejo e suas técnicas de gravação artesanal como fonte de inspiração em obras únicas da artista Ana Carla Faísco.
Até **29** de Junho, no Museu Municipal da **Vidigueira**.



Teatro

Os Barrigas e os Magriços, a partir do conto homónimo de Álvaro Cunhal, pelo Teatro Estúdio Fonte Nova.
Dia **22**, 16h30, no Auditório do Rancho Folclórico do Freixial, Arrabal, **Leiria**.

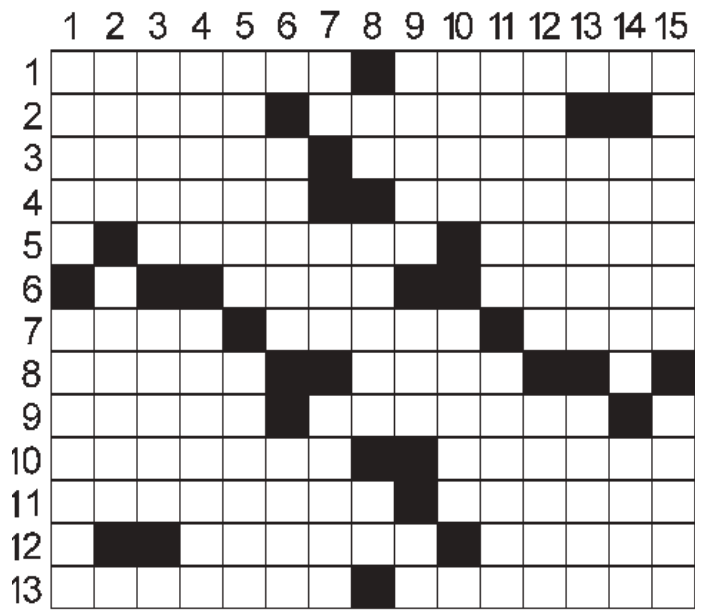
VI Feira Ibérica de Teatro, 17 espectáculos de teatro, dança, circo, música e multidisciplinares por companhias de Portugal e Espanha.
De **25** a **28**, na Moagem, Octógono, auditório da Escola Secundária do Fundão, Casino Fundanense, Praça do Município e Largo do Calvário, **Fundão**.



Música

Concertos na Esplanada, o regresso das noites de música ao palco da esplanada, com concertos de entrada livre. Dias **19**, 21h30 (TT Syndicate), **20**, 22h00 (Ricardo Dias Gomes), **26**, 21h30, (Trinka) e **27**, 22h00, (Sebastián), na Casa da Música, **Porto**.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS 1 - Homem simplório; relação pormenorizada de mercadorias vendidas e respectivos preços. 2 - Terra usufruída pelos oficiais das aldeias, nas comunidades indianas; relativo à úvula, uvulário. 3 - Enxó de tanoeiro; não habitar. 4 - Instrumento de sopro, com ou sem pistões, de som estridente; projéctil explosivo de grande ou médio calibre. 5 - Mostras de hostilidade face a um grupo social ou étnico; deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos. 6 - Grupo de cães a correr; arma branca, de lâmina curta e larga, com dois gumes. 7 - Rocha em fusão expelida pelos vulcões; azeitona; proferir um discurso. 8 - Santo a quem é dedicado um templo ou capela; vertigem. 9 - Hábito de frade; pesar às arrobas. 10 - Levantei do chão; nome geral de todos os mamíferos da ordem dos primatas, com excepção do homem. 11 - Cova em torno do tronco de uma árvore; promover o desenvolvimento de. 12 - Seduzir, fascinar (fig.); folhoso. 13 - Equiparar-se; tornar igual.

VERTICAIS 1 - Que tem o costume de piscar os olhos; lobo pequeno. 2 - Objecto ou estrutura com forma circular; ancas do cavalo. 3 - Remunerar; estendal. 4 - Direcção entre a proa e o través; incluir em agenda. 5 - Vontade de comer; pequena cavidade em forma de olho. 6 - Composto hidrocarbonato muito abundante nos vegetais, principalmente nos tubérculos, rizomas e sementes; terreno liso e duro ou lajeado, onde se desgranam e secam os cereais e os legumes. 7 - Alternativa (conj.); ponto cardeal diametralmente oposto ao norte, designado pelo símbolo S; encolerizar, detestar. 8 - Assisti; que atingiu a maioridade legal; grito de dor ou de alegria. 9 - Planta criptogâmica sem clorofila; caminhar ou dirigir-se para o lugar onde estamos; graceja. 10 - Formar em alas; aditivo usado na preparação de determinados alimentos industriais para intensificar ou sugerir determinado sabor e/ou cheiro. 11 - Sistema hebraico de interpretação bíblica; sacudiu. 12 - Gorjeio; em grau mais elevado, no alto. 13 - Equilibrar com tara; lanço secundário de estrada ou caminho-de-ferro. 14 - Casa térrea onde se guarda o vinho e outras provisões (pl.); construção destinada a uma unidade de habitação, geralmente unifamiliar, por oposição a apartamento. 15 - Demolir, destruir, deitar abaixo; tratamento dado às freiras.

HORIZONTAIS: 1 - Papalvo; factura, 2 - Inama; uvular, 3 - Segura; inabitar, 4 - Clarim; granada, 5 - Racismo; lares, 6 - Adua; adaga, 7 - Lava; oliva; orar, 8 - Orago; oira, 9 - Burel; arrobar, 10 - Apanhei; macaco, 11 - Caldeira; animar, 12 - Atrair; omaso, 13 - Ombrear; igualar.

VERTICAIS: 1 - Pisco; lobacho, 2 - Anel; garupa, 3 - Pagar; varal, 4 - Amurar; agendar, 5 - Larica; olhete, 6 - Amido; eira, 7 - Ou; sul; airar, 8 - Vi; maior; ai, 9 - Fungo; vir; r, 10 - Ajar; aroma, 11 - Cabala; abanou, 12 - Trinado; acima, 13 - Tarar; ramal, 14 - Adegas; casa, 15 - Arrasar; soror.

SUDOKU

4	3				8	5		
	1		4			6		
		8			5			
			6		7		9	
		2				3		
	5		2		1			
			5			1		
		4			3		5	
		5					2	9

			7		9	1		
2						9	8	
					6		7	
	1			3		6		2
		8				3		
4		6		1			9	
	4		5					
	7	1						3
		5	1		3			

4	3	9	1	6	8	5	7	2
5	1	7	4	9	2	6	8	3
6	2	8	3	7	5	9	4	1
8	4	1	6	5	7	2	9	5
7	6	2	9	5	4	3	1	8
9	5	3	2	8	1	7	6	4
2	8	6	5	4	9	1	3	7
1	9	4	7	2	3	8	5	6
3	7	5	8	1	6	4	2	9

8	5	4	7	2	9	1	3	6
2	6	7	3	5	1	9	8	4
1	9	3	4	8	6	2	7	5
7	1	9	8	3	5	6	4	2
5	2	8	9	6	4	3	1	7
4	3	6	2	1	7	5	9	8
3	4	2	5	9	8	7	6	1
9	7	1	6	4	2	8	5	3
6	8	5	1	7	3	4	2	9

Lê e divulga

Assine!

Para receber o jornal por correio, preencha esta ficha, e envie-a, com comprovativo de pagamento (transferência bancária, vale postal ou cheque), para a Editorial Avante!
(Campo Grande, 220-A, 1700-094 LISBOA, ou assinaturas@editorial-avante.pcp.pt).
Pode igualmente fazer a sua assinatura através do sítio na internet, aproveitando os vários métodos de pagamento disponíveis (cartão de crédito, PayPal, multibanco e MB Way)

Ficha de assinante

Nome_____
NIF_____
Morada_____
Localidade_____
Código Postal_____

Assinatura por: □ 52 números □ 26 números

Assinatura *(IVA e portes incluídos)*

52 números . . . . . € 67.00
26 números . . . . . € 34.00
Europa . . . . . € 130.00
Fora da Europa: (52 números) . . . . . € 195.00

Pagamento por transferência bancária:
IBAN - PT50 0007 0021 0013 5130 0025 9
BIC - BESCPTPL

Dá acesso aos conteúdos na internet entre as 9h00 de hoje e as 8h59 do dia de saída do próximo Avante!

Utilizador: leitor
Senha: 56fgad54



Forma de acesso

Para aceder a todo o conteúdo do Avante! na internet, siga os seguintes passos:
1. Preencha o campo «utilizador» com a palavra leitor;
2. Preencha o campo «senha» com a senha indicada na edição do Avante! da semana (as senhas anteriores deixam de ser válidas às 9 horas da manhã de cada 5.ª feira);
3. Resolva o problema matemático indicado em baixo sob a designação CAPTCHA, preenchendo o resultado no campo disponível:
4. Para submeter os dados, iniciando o acesso, accione o botão submeter;
5. Para quem optou por guardar a senha no navegador da internet, em cada semana terá de remover a senha da semana anterior.

Reuniões e iniciativas

Lisboa V. F. de Xira – Sábado, 21, 15h00, plenário da Organização Local de Alverca, no CT de Alverca.
– Quinta-feira, 26, 9h00, banca de venda do Avante! no Largo da Câmara, em V. F. de Xira.
Lisboa – Domingo, 22, 15h00, "Filme no CT Vitória", seguido de conversa com um camarada convidado e lanche. Informações e inscrições: Elizabete, 915 722 656.
Vila Real – Sábado, 21, 17h30, apresentação do livro «Vendaval de Utopias», os Católicos da Revolução e o PCP, de **Edgar Silva**, com a presença do autor, de **Carlos Gonçalves**, da Comissão Central de Controlo do PCP, e **Frederico Neves**, da DORVIR do PCP, no Auditório da Biblioteca Municipal de Vila Real.

CDU

Algarve Olhão – Sábado, 21, 20h00, "Sardinhada CDU", pelo São João, no Largo da Restauração (em frente ao CT do PCP em Olhão).
Leiria – Domingo, 22, 11h00, Festa de Verão, com **João Ferreira**, da Comissão Política, na Lagoa de Óbidos, junto ao Penedo Furado. Os visitantes encontrarão produtos regionais, feira do livro, quermesse, actividades para as crianças com a manhã infantil, a habitual sardinhada e ainda um momento cultural com o músico **João Frazão**.
Lisboa Azambuja – Quinta-feira, 19, 15h00, reunião CDU do concelho de Azambuja, com **Ricardo Guerra**, do CC, no salão da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima.
Setúbal Palmela – Hoje, 18, 18h30, apresentação dos cabeças de lista da CDU à Assembleia Municipal e juntas de freguesia, no Largo de São João, Palmela.
Barreiro – Sexta-feira, 20, 18h00, apresentação dos candidatos às freguesias e à Assembleia Municipal do Barreiro (**José Luís Ferreira**, Assembleia Municipal do Barreiro; **Carlos Bucho**, União das Freguesias de Palhais e Coina; **Vicente Figueira**, Junta de Freguesia de Santo António da Charneca; **Jorge Duarte**, União das Freguesias de Barreiro e Lavradio; **Nuno Antunes**, União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena), na Travessa do Leão, junto à Avenida Bento Gonçalves. Participação ainda da candidata da CDU à presidência da Câmara Municipal do Barreiro **Jéssica Pereira**.

Apresentação do Livro "Cadeia de Caxias – a repressão fascista e a luta pela Liberdade"

Vila Real de Santo António – Sexta-feira, 27, 18h00, com **Adriano Encarnação**, do Conselho Directivo da URAP, e **Irene Marques**, do Conselho Nacional da URAP

Apresentação dos Livros do "Forte de Peniche" e "Elas estiveram nas prisões do fascismo" (últimas edições)

Lisboa – Domingo, 20, 19h00, com **José Pedro Soares**, Coordenador Nacional da URAP e ex-preso político, na Feira do Livro (auditório)

Nos 80 anos da Vitória sobre o Nazi-fascismo. A *actualidade da luta contra o militarismo e a guerra. O antifascismo e a luta pela Paz*

Encontros, sessões e conferências
Porto – Sábado, 21, 16h00, no Palacete Balsemão.
Baixa da Banheira – Sábado, 21, 16h00, no Ginásio Atlético Clube.
V. R. S. António – Sexta-feira, 27, 18h00, na Biblioteca Municipal.



PROPRIEDADE Partido Comunista Português R. Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Tel. 217 813 800 NIF – 500 940 673 ADMINISTRAÇÃO E EDIÇÃO Editorial «Avante!», SA Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Capital social: 275 000 € CRC matrícula: 47059 NIF – 500 090 440 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Presidente – Francisco José Névoa de Melo.Vogal – Idalina da Conceição Simões Silva.Vogal – José Pedro Correia Soares DETENTORES DE CAPITAL COM MAIS DE 5%: Francisco José Névoa de Melo = 36,363%. José Élio Sucena = 36,363%. José Pires Marques De Oliveira = 8,363%. José Pedro Correia Soares = 8,363%, Joaquim Carlos Eleutério Vaz Correia = 8,363% DIRECÇÃO E REDACÇÃO Partido Comunista Português R.Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 LisboaTel.217 813 817 Fax: 217 817 193 Email: avante@avante.pt avante@pcp.pt Web:www.avante.pt DIRECTOR Manuel Rodrigues CHEFE DE REDACÇÃO Gustavo Carneiro CHEFE ADJUNTO João Chasqueira REDACTORES Domingos Mealha, Hugo Janeiro, Miguel Inácio, Pedro Gomes Fernandes, Vasco Emídio. GRAFISMO Inês Seixas, Jorge Caria FOTOGRAFIA Inês Seixas, Jorge Caria DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 60 Tel. 21 816 17 68 Alterações de remessa Até às 17 horas de cada sexta–feira:-Tel.21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL VASP – Sociedade deTransporte e Distribuição, Lda.Media Logistics Park Qta. do GrajalVenda Seca 2739-511 AGUALVA-CACÉM Tel. 21 433 70 00 Fax: 21 432 60 09 ASSINATURAS Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50 2715-029 Pêro Pinheiro Depósito legal n.º 205/85 Registo ERC 102 235 ISSN 0870-1865. Tiragem média 14 500.

JCP

Bancas de venda do Avante! e AGIT

Setúbal
- **Quinta-feira, 19**, 11h00, no Jardim do Bonfim.
- **Quinta-feira, 19**, 18h00, Laranjeiro-Feijó (Almada).
- **Quinta-feira, 19, 10h00,** estação da CP de Alhos Vedros.

Coimbra
- **Segunda-feira, 23**, 19h00, Coimbra Shopping.
- **Quarta-feira, 25**, 11h00, FLUC.

Iniciativas:
Algarve
- **Sexta-feira, 20**, 17h30, Jam Session – "Leva a Cultura + Avante", no Clube União Portimonense.





Paulo Raimundo
Secretário-Geral do PCP

Quarta-feira – 18 de Junho
PALMELA
Trabalho Honestidade Competência
18h30 – Sessão Pública
CDU
Largo de São João

Quinta-feira – 19 de Junho
LISBOA
17h00 – Visita à Feira do Livro
Parque Eduardo VII

Sexta-feira – 20 de Junho
COIMBRA
Trabalho Honestidade Competência
17h30 – Desfile
Largo da Portagem à Praça 8 de Maio

18h00 – Sessão Pública
CDU
Praça 8 de Maio

Sábado – 21 de Junho
BEJA
Trabalho Honestidade Competência
21h00 – Sessão Pública
CDU
Parque Vista Alegre

Quarta-feira – 25 de Junho
VIDIGUEIRA
Trabalho Honestidade Competência
18h00 – Sessão Pública
CDU
Praça da República

Quinta-feira – 26 de Junho
LISBOA
18h00 – Marcha
Cumprir a Constituição. Aumentar salários e pensões, para uma vida melhor
S. Bento ao Cais do Sodré, Corpo Santo

Sábado – 28 de Junho
ÉVORA
19h00 – Jantar e visita à Feira de S. João
Rossio de S. Brás

A TALHE DE FOICE

Balanços e memórias

Gustavo Carneiro

Assinalou-se na semana passada os 40 anos da adesão de Portugal à CEE. Com a pompa que era de esperar, não faltaram os elogios à "construção europeia", os apelos a novos saltos em frente – desde logo em matérias ditas de "Defesa" (traduzindo: mais dinheiro para armas) – e uma despudorada mistificação sobre as consequências da pertença do País à "Europa", como agora se diz...

De fora dos balanços, como também era expectável, ficou a realidade (bem longe das ilusões vendidas, do "pelotão da frente" à "convergência económica e social"): a destruição dos sectores produtivos dos países periféricos, como Portugal, e a amputação da sua soberania; a generalização da precariedade e a eternização dos baixos salários; a "austeridade" e o crescimento das desigualdades; o desmantelamento e privatização de empresas e serviços públicos; o anticomunismo e o recrudescimento do fascismo; o reforço da vertente militarista e o (sempre adiado, mas sempre presente) projecto do "Exército Europeu"; a morte de milhares de pessoas no Mar Mediterrâneo às portas da "Europa fortaleza"...

Houve quem tenha alertado para estas consequências. Nesse 12 de Junho de 1985, enquanto Mário Soares presidia à cerimónia de adesão no Mosteiro dos Jerónimos (ele, que anos antes falara da necessidade de transformar a "Europa dos trusts" na "Europa dos trabalhadores" e garantira que a economia portuguesa "não resistiria" à entrada na CEE), o PCP alertava para os «danos irreparáveis no aparelho produtivo nacional (na indústria, na agricultura, nas pescas, no comércio)» e para a «considerável barreira ao desenvolvimento independente de Portugal» que tal decisão representava.

Já anos antes, numa conferência realizada em 1980, o PCP alertara para os efeitos que teria a entrada de Portugal no Mercado Comum. Entre eles, destacava a ruína de vastos sectores da economia nacional, o baixo nível de vida dos trabalhadores portugueses, a liquidação de grandes transformações democráticas, a restauração do capitalismo monopolista, a submissão de Portugal ao imperialismo e graves limitações à independência nacional. O Mercado Comum, concluíra-se então, «procuraria fazer estagnar, submeter, absorver ou liquidar sectores da economia portuguesa concorrentes com os sectores em crise» e «apropriar-se dos recursos portugueses».

Mas os alertas vinham ainda mais de trás. Em Janeiro de 1974, Álvaro Cunhal referia-se ao Mercado Comum como a «associação dos grandes grupos monopolistas dos países industriais mais desenvolvidos» que visava a «absorção ou domínio dos concorrentes mais fracos, a exploração dos recursos e da mão-de-obra de países atrasados».

A vida aí está, a dar razão a estes avisos. E são cada vez mais o que os compreendem.

Parlamento discute programa do Governo

Está previsto para hoje, 18, que a Assembleia da República continue a discussão do programa do XXV Governo Constitucional, objecto de uma moção de rejeição apresentada pelo PCP.

Já depois do fecho desta edição, ontem, 17, o Parlamento iniciou a discussão acerca do programa do Executivo PSD/CDS, novamente liderado por Luís Montenegro, e que insiste, como afirma a moção de rejeição, em prosseguir e aprofundar as «opções da política de direita que nos trouxeram à situação em que estamos, e que não servem o povo e o País».

Opções do Governo «não servem o povo e o País»

Para o PCP, decorridas as eleições, «os problemas que afectam a vida dos trabalhadores, dos reformados, da juventude não só aí estão, como têm vindo a agravar-se». Assim é sublinhado na moção, onde se lembra que «a actual situação económica e social é marcada pela continuada concentração da riqueza» nas mãos de poucos, e pela falta de rendimentos entre a larga maioria.

Situação agrava-se

«Enquanto os principais grupos económicos acumulam 32 milhões de euros de lucros por dia, a maioria dos trabalhadores tem baixos salários, o mesmo acontecendo com as pensões da maioria dos reformados, que não permitem condições de vida dignas», afirma-se. No documento, recordam-se, ainda, as cerca de dois milhões de pessoas que, no nosso País, estão em situação de pobreza, das quais mais de 300 mil são crianças.

«A actual situação», frisa o documento, é, igualmente, «marcada pelos défices estruturais, designadamente no plano produtivo, energético, tecnológico e demográfico; pela desvalorização da produção nacional e dos sectores produtivos, acentuando a dependência do País; pelo crescente domínio dos sectores estratégicos pelos grupos económicos, nacionais e estrangeiros».

Os comunistas denunciam, ainda, o prosseguimento (que não tem resposta no programa de governo e, quanto, é por este acentuado) do ataque aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, de que a anunciada revisão da lei da greve é apenas um exemplo, bem como a degradação dos serviços públicos, sendo de destacar a saúde e a escola pública.

«Esta é a realidade de um País cada vez mais injusto e desigual», refere o Partido, para quem esta situação é «consequência de décadas de política de direita levada a cabo pelos governos de PS, PSD e CDS, e que IL e CH pretendem levar ainda mais longe».

Na mesma tónica, Paula Santos, líder parlamentar do PCP, proferiu, no dia 16, em nome da bancada, uma declaração à imprensa, onde, além de abordar estes tópicos, frisou que o programa apresentado, «no que nele consta e também pelas omissões, no que é explícito e no que está nas entrelinhas, deixa claro os objetivos e os interesses que serve, os interesses do capital. É assim na manutenção da injustiça na distribuição da riqueza que é criada pelos trabalhadores, na reconfiguração do Estado em função dos interesses dos grupos económicos, na destruição de serviços públicos para alimentar o negócio privado, na privatização de empresas e setores estratégicos da economia, na acentuação da injustiça fiscal»

As primeiras iniciativas da bancada comunista nesta legislatura, de que temos dado nota no Avante!, visam dar resposta a estes e outros problemas, sentidos no dia-a-dia dos trabalhadores e do povo.

Combater violências, garantir direitos

No dia 12, os comunistas apresentaram duas propostas na área do combate às violências doméstica e no namoro: a primeira prevê o reforço das medidas de protecção das vítimas de violência doméstica, com soluções como a garantia gratuita de consulta jurídica; a segunda, propõe que o Parlamento recomende ao Governo a implementação urgente de um plano de acção e investimento para a prevenção e combate a este tipo de violências.

Acto «Paz sim! NATO não!» no dia 24 em Lisboa



A CGTP-IN e o CPPC convocaram um **acto público** no **dia 24**, a realizar-se no **largo em frente à Fundação José Saramago, Lisboa**, às **18h00**, sob o lema «Paz sim! NATO não!», contra o aumento das despesas militares, que canalizam para a guerra recursos necessários aos salários, pensões e serviços públicos, e para reafirmar que o que serve os povos é a paz.

A acção, sublinham as organizações promotoras, decorrerá quando, nos dias 24 e 25, está reunida, em Haia, Países Baixos, a cimeira da NATO onde, recordam, será discutido, entre outros aspectos, o referido aumento de despesas.

«A Constituição preconiza o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos», lembram as duas organizações.

5 603199 000445 02690